

## 6 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

### Toda Criança na Escola

Com o objetivo de promover a universalização do Ensino Fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso, permanência e êxito do aluno, na faixa etária de sete a quatorze anos, o Programa Toda Criança na Escola promove ações voltadas à estruturação do ambiente escolar, no sentido de proporcionar meios para que o processo ensino-aprendizagem desenvolva-se com a maior qualidade possível. Assim, no âmbito desse Programa, estão compreendidas ações, com tipicidades variadas, que abrangem manutenção de prédio escolar; fornecimento de alimentação escolar; distribuição de livros didáticos e para-didáticos; aquisição de transporte escolar; transferência de renda a famílias que mantêm os filhos na escola; capacitação de membros da sociedade para exercer o controle social; e outras de menor vulto destinadas ao apoio a projetos específicos dentro do Ensino Fundamental.

O desempenho individual das ações e, por consequência, do Programa como um todo, tem sido bastante satisfatório, pois a demanda social vem sendo atendida, haja vista o alcance da universalização do ensino fundamental, com 97% das crianças de 7 a 14 anos na escola. Não obstante este indicador de sucesso, outros indicadores são afetados pelo deslocamento temporal, não demonstrando, ainda, os resultados esperados para o Programa, pois, o ciclo completo de apuração dos índices anuais envolve, em alguns casos, um período superior a dois anos, já que as informações do ano observado são coletadas pelo censo escolar no ano seguinte e, só a partir daí, torna-se possível o cálculo das variações. Também, é oportuno lembrar que o PPA 2000-2003, utilizou as taxas que se encontravam disponíveis à época de sua elaboração, relativas ao ano de 1997. Por sua vez, as avaliações de 2000 e 2001, tomaram por base, respectivamente, os índices disponíveis de 1998 e 1999; conseqüentemente, os resultados do ano de 2002, serão balizados pelos índices de 2000. Dessa forma, os indicadores que representem os resultados efetivos da implementação do Programa, somente deverão ser conhecidos no final do PPA.

Dessa forma, as variações nas taxas que medem seus principais indicadores, ainda não refletem as mudanças efetivamente ocorridas na sociedade, decorrentes das políticas governamentais do Avança Brasil e, conseqüentemente, do Programa Toda Criança na Escola. Contudo, deve-se levar em conta que as ações agrupadas no Programa estavam, anteriormente, alinhadas com os objetivos que foram traçados e que, portanto, os resultados demonstram tendências positivas.

O Programa executou em 2002, 81% dos recursos previstos, perfazendo um total de R\$ 3.679,4 milhões. As ações estão em constante aprimoramento e, embora existam limitações técnicas relevantes, tais como, escassez de pessoal, datas limites impostas pela lei eleitoral no exercício, restrições financeiras e orçamentárias, entre outras, grande esforço tem sido empenhado na busca de alcance dos objetivos.

A descentralização dos recursos tem-se mostrado fundamental, frente à incapacidade dos agentes federais em atuarem de forma eficaz e eficiente, devido, não somente à falta de capilaridade, mas aos altos custos que a ação centralizada acarreta. Assim, as ações de maior volume financeiro são executadas de forma descentralizada, sendo os recursos repassados para os estados (FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), os municípios (Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola), escolas (Dinheiro Direto na Escola - escolas com Unidades Executoras) e, até, diretamente às famílias (Bolsa Escola). Um problema, todavia, é que o Governo Federal não tem estrutura de fiscalização capaz de inspecionar e garantir a boa aplicação dos recursos nos 5.560 municípios, em cerca de 170.000 escolas, e assim por diante. Assim, deve-se manter em vista que são necessários aprimoramentos, bem como, a participação da sociedade como agente fiscalizador, deve ser intensificada.

Outro aspecto interessante é que o Programa destacou-se por ter descentralizado não só recursos financeiros, mas poder de decisão e de fiscalização. E o mais surpreendente é que a sociedade civil entendeu a mudança e está se organizando para enfrentar esse desafio, a exemplo do que se observa nos Conselhos de Alimentação Escolar, que participam da ação Alimentação Escolar; na mobilização dos conselheiros, multiplicando, em suas regiões, os conhecimentos adquiridos na capacitação oferecida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos Caixas Escolares que gerenciam os recursos do Dinheiro Direto na Escola, na atuação dos professores e diretores de escolas na escolha do Livro Didático.

Mais de 92% dos investimentos realizados pelo Programa Toda Criança na Escola que têm contribuído para a estruturação da escola, de forma a dar condições de acesso, de permanência e de conclusão do Ensino Fundamental aos alunos são concentrados nas relevantes ações, que comentaremos a seguir:

## **Alimentação Escolar**

A ação, conforme determina a Constituição, tem caráter suplementar e, desde 1999, teve a sua descentralização universalizada, mediante repasse automático de recursos às entidades executoras (Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação), visando garantir *merenda escolar* de boa qualidade, respeitando hábitos alimentares, estimulando a aquisição de produtos da região - produtos básicos em sua maioria (arroz, feijão, verduras, carnes, frutas etc.). Com aporte de R\$ 900 milhões para 2002, dos quais foram liquidados R\$ 848,7, a merenda escolar foi servida durante duzentos dias do ano letivo, a mais de 36 milhões de alunos matriculados no Ensino Fundamental e Pré-Escolar da rede pública e de escolas filantrópicas, tornando-se insubstituível nas camadas mais pobres da população. A criação dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, em cada município, possibilitou a participação da sociedade civil na ação governamental, contribuindo para melhor gestão dos recursos públicos.

No final de 2001, foi realizada, com recursos do Banco Mundial, a Avaliação do Impacto Distributivo e Elaboração de Sistemática de Monitoramento para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Essa pesquisa foi contratada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o FNDE, e realizada pelas empresas BoozAllen & Hamilton e Instituto Vox Populi, com os seguintes objetivos: avaliar e aperfeiçoar a execução da ação; propor meios de fortalecer a atuação dos Conselhos; conhecer e divulgar as formas e práticas gerenciais que têm melhor contribuído para o funcionamento do PNAE, tanto na produção da alimentação, quanto no atingimento dos benefícios esperados. Em 324 municípios, foram selecionadas 3809 escolas, observando-se a proporcionalidade de acordo com suas características - municipal e estadual e a localização nas zonas urbana e rural. Em cada escola foram entrevistados, face a face, três agentes: o diretor, a merendeira e um aluno. O tamanho da amostra foi calculado com intervalo de confiança de 95% e margem de erro entre 6% e 10%, para cada um dos 27 Estados brasileiros.

Os resultados da pesquisa estão disponíveis no site do FNDE. Merece destaque nas respostas dos alunos: cerca de 76% de alunos consomem a merenda escolar, cinco dias na semana; 65% consideram que a merenda é igual à comida de casa; e sobre a efetividade da ação, 88% dos entrevistados associam a merenda escolar a "ter mais saúde". Quanto aos diretores de escolas, aproximadamente 80% consideram que a ação contribui para o aumento da frequência escolar, o aumento da aprendizagem e a formação de bons hábitos alimentares. O CAE, consultado sobre sua própria atuação, em 85% das respostas, compreende que sua importância é grande ou muito grande para o sucesso da ação. Para finalizar, 71% dos entrevistados declararam que o programa de merenda escolar, como é conhecida a ação, é bem realizado.

No primeiro semestre de 2002, foram replicados os encontros realizados no ano anterior, com a presença dos 545 Conselhos, para a segunda etapa da capacitação, em que foram repassadas as instruções sobre a implantação e utilização do sistema, que foi criado, exclusivamente, como instrumento de controle e acompanhamento da ação Alimentação Escolar. Para proporcionar esse treinamento, foi montado um parque informático, no qual simulou-se a situação de trabalho do Conselho, no exercício de suas atribuições. Além dessa atividade, que resultou em mais de 1200 conselheiros capacitados nos Municípios-pólos, paralelamente, a multiplicação desse treinamento tem ocorrido por intermédio da iniciativa e organização dos próprios Conselhos. O FNDE participa, por meio do fornecimento de material de apoio e, sempre que possível, comparece aos eventos. Cerca de 50 encontros contaram com a participação da equipe técnica do FNDE. Adicionando-se aos Municípios-pólos, capacitados diretamente pelo FNDE, aqueles capacitados por meio do processo de multiplicação, obtém-se o montante de aproximadamente 2400 Conselhos, que representam 43% do total dos municípios brasileiros, em apenas dois anos de atuação.

## **Dinheiro Direto na Escola - Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - FUNDESCOLA**

### **Dinheiro Direto na Escola - Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal**

Por meio da ação Dinheiro Direto na Escola (conhecida como PDDE), que atende não somente as escolas públicas, como também organizações não-governamentais que atuam na Educação Especial, os recursos são descentralizados diretamente para as escolas que possuem Unidades Executoras (UEX). Atuando na melhoria do espaço físico, dos equipamentos e materiais da escola, tem contribuído para manutenção de prédio escolar e para aquisição de pequenos equipamentos necessários ao desenvolvimento do ensino. Esta ação cobre atualmente todas as regiões do País, ressaltando-se que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste os recursos são aplicados a título de contrapartida financeira ao FUNDESCOLA. Os repasses anuais destinam-se aos 5.560 municípios, incluindo os repasses diretos feitos para de 74 mil Unidades Executoras das próprias escolas.

Em 2002, o PDDE contou com dotação orçamentária de R\$ 327,2 milhões, dos quais 93,7% foram executados, beneficiando um total de 125.313 escolas nas cinco regiões do País. Foram aplicados R\$ 189,5 milhões que beneficiaram 84,3 mil escolas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e R\$ 117,2 milhões que atenderam a 41 mil escolas das regiões Sul, Sudeste e do Distrito Federal.

É válido ressaltar que em 2002, a ação Dinheiro Direto na Escola foi agraciada com o Prêmio Hélio Beltrão, da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, como uma das vinte experiências inovadoras da Administração Pública federal.

### **Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA (II E III)**

O FUNDESCOLA é um programa conjunto do MEC, Estados e Municípios, financiado pelo MEC/FNDE e Banco Mundial, que tem por finalidade propiciar a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino público nas regiões mais pobres do Brasil, por meio do fortalecimento das escolas de ensino fundamental, bem como, das instituições responsáveis por estas escolas, em estrutura coordenada de gerenciamento.

Os projetos FUNDESCOLA II e FUNDESCOLA III objetivam ampliar a atuação, abrangendo o maior número de municípios, visando melhorar os resultados educacionais e o acesso das crianças matriculadas em escolas públicas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na busca de dar efetividade às políticas educacionais, toma-se como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis pelas mesmas, ou seja, escolas e sistema.

Tanto no FUNDESCOLA II como no III as metas físicas inicialmente fixadas para o exercício de 2002, foram redefinidas tendo em vista as dificuldades impostas pela atual conjuntura. De um total de 10.106 escolas a serem atendidas pelo FUNDESCOLA II, apenas 6.411 foram contempladas e no FUNDESCOLA III, de uma estimativa de 1000 escolas, apenas 577 foram contempladas. Essas metas foram redefinidas face às restrições orçamentárias impostas pelo ajuste fiscal. Do montante de R\$ 100 milhões programados para as ações, 86,6% foram executados.

As maiores dificuldades encontradas no exercício que, de certa forma, inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, além do corte orçamentário, foram: suspensão da execução no período de julho a outubro de 2002, para cumprimento da lei eleitoral; morosidade do processo de habilitação dos convenientes, destacando-se a exigência recente de se atualizar as certidões de tributos e encargos sociais, alterando a prática até então adotada (180 dias de validade); atraso no processo de empenho e celebração de convênios decorrente da exigência acima descrita; e atraso da assinatura do Projeto FUNDESCOLA III, cujo contrato somente foi assinado em 25 de outubro de 2002.

O FUNDESCOLA tem sua atuação estruturada por subcomponentes, cujos resultados registrados a seguir, para o FUNDESCOLA II, apresentam o seguinte quadro: no subcomponente *Promoção da Autonomia Escolar*, encontram-se 100% das escolas, com mais de 20 alunos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, recebendo os recursos transferidos à conta do PDDE e quanto à *Titulação de Professores*, de acordo com os padrões definidos para o projeto foram titulados 9.721 professores.

Nos subcomponentes que tratam do Processo de Desenvolvimento da Escola e do Financiamento dos Projetos de Melhoria da Escola, os resultados demonstram que o Plano de Desenvolvimento da Escola foi implementado em 1.017 escolas e que 2.650 escolas (69% no Nordeste) conseguiram financiamento para seus projetos.

Foram beneficiadas 9.366 salas de aula, sendo 3.541 com aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para elevar as escolas ao padrão mínimo de funcionamento, dentro do subcomponente Fornecimento de Móveis e Equipamentos Básicos e 5.825 com adequação física de prédios escolares, de acordo com os padrões definidos para o FUNDESCOLA, no âmbito do subcomponente Projetos de Adequação Física Administrados pela Escola. Do total das 9.366 salas de aula atendidas, quase 77% situam-se no Nordeste.

Um importante subcomponente abrange as atividades voltadas ao Desenvolvimento, Teste e Implementação de Modelos Pedagógicos, que registra a implantação da proposta metodológica do Escola Ativa em 1.521 escolas rurais, além da implantação de 462 escolas de 1ª a 4ª série, no âmbito do GESTAR – Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar, ressaltando-se que existem 7.311 professores cursistas em formação. O subcomponente Aperfeiçoamento e Disseminação das Informações Educacionais, teve, também, abrangência total das escolas das regiões-alvo.

Merece destacar que as recomendações específicas que integram o segmento Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Educação e ao Desenvolvimento Institucional foram aplicadas, disseminadas e incorporadas ao desenho do FUNDESCOLA III e o Planejamento Estratégico foi implementado em 99 Secretarias de Educação, bem como, 647 técnicos das Secretarias de Educação foram capacitados nessa metodologia.

Ressalta-se que, no segmento Implementação do Microplanejamento, a Metodologia do Microplanejamento Urbano está desenvolvida e pronta para ser transmitida aos estados e municípios beneficiados pelo FUNDESCOLA.

Observa-se, assim, que nem todas as metas físicas executadas pela Ação, são medidas pela quantidade de escolas atendidas. Convém esclarecer que os resultados apresentados limitam-se às ações desenvolvidas no âmbito do Projeto FUNDESCOLA II. Entretanto, muitos Estados e Municípios adotaram e expandiram, por conta própria, a implantação dos produtos FUNDESCOLA.

### **Livro Didático**

O Livro Didático, em contínuo processo de aperfeiçoamento desde 1995, vem passando por uma série de aprimoramentos, como processo democrático de escolha, disponibilização de dados pela Internet, distribuição ágil dos livros diretamente às escolas, entrega de livros, até dezembro do ano anterior ao ano letivo, dentre outros. A partir de 2001, incorporou-se a distribuição de dicionários da língua portuguesa e a produção de livros didáticos em braille. Essa ação é executada de forma centralizada, visto que está comprovado que a aquisição de livros em grande escala permite uma economia de recursos financeiros bastante expressiva.

Em termos quantitativos, de 1995 a 2002, foram distribuídos 720 milhões de livros didáticos, sendo que em 2002, com dispêndio de R\$ 278,6 milhões, para o ano letivo de 2003 distribuiu-se 57 milhões de exemplares para 162 mil escolas, beneficiando 32 milhões de alunos. A quantidade de exemplares distribuídos ficou abaixo do previsto, uma vez que a programação foi feita considerando um percentual de aumento vegetativo do número de matrículas nas escolas, fato esse que não ocorreu, conforme dados do Censo Escolar. Além disso, no processo de aquisição dos dicionários da língua portuguesa não foi considerada a entrega dos mesmos para alunos repetentes.

### **Escola de Qualidade para Todos**

O Programa tem como objetivo principal contribuir com a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e com a democratização da educação pública brasileira. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, o Ensino Fundamental visa a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento de sua capacidade de aprender e de compreender seu ambiente natural e social. Melhorar a qualidade desse nível de ensino depende, principalmente, da formação de professores.

Para conseguir esse objetivo, as suas ações estão direcionadas, primordialmente, ao desenvolvimento profissional do educador, e, evidentemente, ao educando, sobressaindo-se aquelas caracterizadas pela perspectiva de consolidar as políticas voltadas à formação continuada de professores, formação de alfabetizadores, aceleração da aprendizagem, correção do fluxo escolar e à inserção de tecnologias na educação. O programa contou com aporte de recursos no valor de R\$ 82.594,7 mil dos quais 91% foram liquidados, ou seja, R\$ 75.401,2 mil.

Em 2002 foram capacitados 53,9 mil professores para a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com reflexo imediato na melhoria da qualidade do ensino fundamental público e o atendimento a 11 mil alunos em classes de aceleração da aprendizagem, o que significa uma considerável redução na defasagem idade/série desses alunos e conseqüente estímulo à continuidade dos seus estudos.

Quanto à utilização dos novos recursos da educação à distância, ressalta-se: a capacitação de 15.080 profissionais, contribuindo, significativamente, para o aperfeiçoamento do processo de ensino/aprendizagem; o aparelhamento, com recursos de informática, de 943 unidades escolares e capacitação de 6.000 profissionais, visando atuação nos Centros de Experimentação e Tecnologia Educacional - CETE, Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE e Escolas, levando tecnologia aos alunos e, assim, enriquecendo o aprendizado; veiculação de 230 mil minutos de programas educativos pela TV-Escola, propiciando a oportunidade de capacitação,

aperfeiçoamento e acesso a novos recursos, para utilização em sala de aula pela grande maioria dos professores do ensino fundamental. Destacando que foram cedidos, sem ônus, à TV Escola, 5.520 minutos de programas por meio de parcerias.

Visando a utilização pedagógica do computador em sala de aula e a assistência técnica permanente às escolas do Ensino Fundamental participantes do Programa Nacional de Informática na Educação – PROINFO, foram capacitados 15 mil profissionais, dentre coordenadores, professores e técnicos de escolas do ensino fundamental; e para auxiliar na utilização do Programa TV Escola foram distribuídos 4,5 milhões de materiais impressos para apoio à educação a distância e ao uso de novas tecnologias na educação.

Em relação aos indicadores de êxito do Programa, um dado relevante é a queda mais acentuada da taxa de Distorção Idade/Série no Ensino Fundamental. Em 1998, era de 45%; em 2001, foi reduzida, para 39%, excedendo as expectativas do PPA/2003. Os dados apontam para a melhoria do desempenho escolar do nível fundamental, demonstrando a eficácia da ação Aceleração da Aprendizagem, permitindo que as escolas públicas absorvam todas as crianças e jovens em idade escolar e, gradativamente, corrijam a distorção entre a idade do aluno e a série que ele frequenta e, conseqüentemente, abram um número maior de vagas nas séries iniciais do ensino fundamental, quando a repetência é mais acentuada.

Conforme relatório de avaliação sobre os "Parâmetros em Ação", realizado em novembro de 2002, os estudos realizados em seis pólos de seis diferentes estados, grupo focal com professores e coordenadores de grupo e pesquisa amostral em todos os Estados contemplados com a ação, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental tem efetivamente elevado a qualidade do ensino fundamental público, pois é capaz de fornecer aos alunos não só conteúdo das matérias como informações relacionadas ao seu cotidiano.

Por sua vez, a utilização dos recursos da telemática em sala de aula, segundo pesquisa de avaliação comparativa nacional realizada em 2001, tem-se mostrado um grande reforço ao trabalho desenvolvido pelos professores e um incentivo aos alunos, contribuindo para tornar mais dinâmicas as aulas e servindo de veículo de formação continuada de docentes e, até mesmo, estendendo sua atuação à comunidade.

Dentre os resultados obtidos em 2002, merece destaque a consecução, no final do exercício, da licitação para a compra de 20.000 conjuntos, compostos de televisão e antena parabólica, para atendimento às escolas do ensino fundamental estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Considerando que, na implementação do Programa Escola de Qualidade para Todos, muitas ações dependem de repasses de recursos por meio do FNDE, um dos impasses para a sua performance, no ano de 2002, foi o atendimento, por parte de Estados e Municípios, de todas as exigências legais para se habilitarem ao recebimento de transferências voluntárias por meio de convênios.

## **Desenvolvimento do Ensino Médio**

O ensino médio, etapa final da educação básica, integra a formação que todo brasileiro deve ter para enfrentar com melhores condições a vida adulta. O desenvolvimento de um novo currículo, que forme melhor os cidadãos, preparando-os para participarem da vida democrática e para lidarem com as novas tecnologias e as novas formas de produzir bens, serviços e conhecimentos, possibilitará os meios para que os alunos respondam aos desafios do mundo atual. A meta principal da reforma do Ensino Médio foi centrada no estabelecimento de novo padrão de eficiência. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM vieram orientar quanto à construção de bases fundamentadas nos princípios da estética da sensibilidade, da política de igualdade e da ética de identidade.

A universalização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino fundamental levaram a uma extraordinária expansão da demanda pelo ensino médio. De meio exclusivo de preparação das elites para o acesso à educação superior, o ensino médio vem se tornando a base mínima de formação escolar. Uma série de mudanças, em andamento desde 1995, vem preparando o ensino médio para o exercício desse novo papel.

As matrículas no ensino médio regular passaram de pouco menos de cinco milhões de alunos em 1994, para 8,4 milhões em 2001, com um crescimento de 70,5%, incorporando 3,5 milhões de novas matrículas. No ensino médio supletivo, também, observou-se um crescimento expressivo, com um aumento de 194% entre 1995 e

2000. Convém ressaltar que, conforme dados preliminares do censo escolar de 2002, o número de matrículas do Ensino Médio no País situa-se em torno de 8,8 milhões de alunos.

Em 2002, o programa Desenvolvimento do Ensino Médio contou com recursos orçamentários da ordem de R\$ 568,9 milhões e liquidou R\$ 543,3 milhões, que correspondem a 95,5%. Para garantir a expansão do acesso ao ensino médio e apoiar a implementação da reforma curricular e estrutural proposta pelas DCNEM, foram inseridas, no Programa, ações que integram o Projeto Escola Jovem ou PROMED - Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, que financia projetos de melhoria e expansão da rede pública nas Unidades Federadas.

Os recursos destinados ao PROMED (US\$ 1 bilhão) provêm de empréstimo do BID, no valor de US\$ 500 milhões, e de contrapartida nacional, equivalente ao restante. Das 27 unidades da federação, 25 já tiveram seus projetos de investimentos aprovados e encontram-se em execução das ações planejadas. E em 2002, foram regularizados vinte estudos para a implantação das políticas para o ensino médio (pesquisa sobre o custo-aluno do ensino médio, orientações complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, textos e artigos especializados). e atendidas 12.300 escolas por meio da ação Expansão e Melhoria da Rede Escolar – PROMED, com recursos de R\$ 69,4 milhões, destinados à infra-estrutura, a equipamentos e mobiliário, material didático e à capacitação de pessoal.

Por meio da ação Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Médio – PROMED foram capacitados 383.700 professores e gestores do ensino médio, nas diferentes áreas de conhecimento e disciplinas curriculares e em gestão escolar, respectivamente, para atuarem como multiplicadores em seus sistemas de ensino, número esse bem além do previsto, uma vez que se utilizou estratégias para capacitação à distância com recursos da TV Escola, teleconferências e expressiva distribuição de materiais didático-pedagógicos para a auto-formação dos gestores, técnicos e docentes do Ensino Médio. De forma direta, foram capacitados somente 47.630 profissionais, face ao contingenciamento de recursos no ano de 2002. Além disso, foram produzidos e distribuídos seis números do Boletim do Ensino Médio, com tiragem de 343 mil exemplares cada uma, para todas as escolas de ensino médio do País.

A ação Implementação da Reforma do Ensino Médio – PROMED atingiu 100% de sua execução física prevista para 2002, porém apenas 17,9% de execução financeira, tendo por justificativa que o produto dessa ação – projeto implementado – refere-se à aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, conforme resolução CEB/CNE n.º 15/98. Por tratar-se de uma questão legal, todas as unidades escolares que oferecem ensino médio devem cumpri-la, razão pela qual a meta física foi atingida. Os recursos orçamentários alocados nessa ação foram utilizados para monitoramento “*in loco*” nas Secretarias de Educação das Ufs, sendo, em parte, complementada com recursos das próprias Secretarias de Educação dos Estados e do DF, que informam ao MEC o grau de implementação das Diretrizes. Outro aspecto que contribuiu para a baixa execução financeira foi a impossibilidade de implantação do sistema de monitoramento e avaliação das políticas nacionais para o ensino médio. Tal impossibilidade decorreu de mudanças estruturais no órgão do MEC, coordenador da reforma em curso, ficando esta atividade para ser executada ao longo de 2003.

Nesse Programa, destaca-se, ainda, a ação Expansão e Melhoria da Rede Escolar Estadual do Ensino Médio, integrante do Projeto Alvorada, que tem o objetivo de reforçar as ações desenvolvidas pelo Governo Federal junto aos Sistemas Estaduais de Ensino, no sentido de apoiá-los no esforço para assegurar a progressiva universalização da oferta do ensino médio, em observância ao que determina a Constituição Federal e a LDB. A ação, executada mediante repasse direto de recursos às Secretarias Estaduais de Educação de 13 Estados do Norte e Nordeste, com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (AC, AL, BA, CE, MA, PA, PB, PE, PI, RN, RO, SE e TO), permite o pleno desenvolvimento das políticas educacionais. São itens financiáveis pela ação: a construção ou ampliação de escolas; melhoria da rede física segundo padrão mínimo de qualidade pré-determinado; apoio de projetos escolares mediante repasse de recursos diretamente às escolas; além de ações para formar e valorizar profissionais da educação. Em 2002, foram aplicados na ação R\$ 400 milhões (98,6% do previsto) para o atendimento a 1,8 milhões de alunos.

Conforme dados preliminares do último censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, a interferência da ação, nas áreas com menor IDH, resultou no crescimento da matrícula na rede estadual, contribuindo, conseqüentemente, para a queda do número de matrículas na rede municipal, atendendo, assim, ao princípio constitucional de responsabilidade dos Estados para com a oferta do ensino médio. No período de 2000 a 2002, o número de matrículas da rede estadual das regiões Norte e Nordeste cresceu, respectivamente, 27% e 36%. Em contraposição, na rede municipal houve, no mesmo período, uma queda de 29% e 27%, na região Norte e Nordeste, nessa ordem.

No que concerne à avaliação, merece destaque a atuação do INEP, responsável pelas informações educacionais e pela avaliação. A avaliação do ensino médio está inserida no conjunto do sistema nacional de avaliação, como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e conta ainda com um exame próprio, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Este foi concebido conjuntamente com a reforma do ensino médio e, portanto, compartilha os mesmos princípios. Trata-se de um exame de saída, não obrigatório, que objetiva oferecer uma referência, ao final do ensino médio, a respeito das competências construídas pelo aluno ao longo da educação básica, podendo ser utilizado para processos seletivos visando o prosseguimento de estudos ou ao mercado de trabalho. Em 2002, o ENEM contou com a participação de 1.829.170 alunos concluintes do ensino médio. Até o presente momento, conta com a adesão de quase 400 instituições de ensino superior que o utiliza como forma de acesso à universidade.

## **Desenvolvimento da Educação Profissional**

Com identidade própria, a educação profissional vem passando por mudanças que são emblemáticas na grande virada de qualidade e universalização da educação que estamos construindo no Brasil, atraindo jovens que desejam, verdadeiramente, atuar como profissionais de nível médio.

O Programa Desenvolvimento da Educação Profissional contribui para implementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a criação de um sistema de educação profissional separado do ensino médio e do ensino universitário, visando habilitar jovens e adultos para o mercado de trabalho. Suas ações, voltadas para a coordenação da Educação Profissional e para o apoio às Instituições Federais de Educação Tecnológica, permitem promover uma oferta coerente com o mercado de trabalho, o que reflete diretamente nas condições de empregabilidade dos jovens e adultos de nosso País. O Programa em 2002 contou com recursos da ordem de R\$ 705,7 milhões, dos quais 93% foram liquidados. Do total previsto para o Programa, R\$ 554,1 milhões foram destinados ao funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional, equivalendo a 78,5%, com execução de R\$ 545,8 milhões, ou seja, 98,5%.

Conta, ainda, com ações integrantes do denominado Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que investe no fortalecimento da rede federal, no reordenamento das redes estaduais e na criação de escolas do segmento comunitário, assegurando a expansão da oferta de matrículas. Importante instrumento para o processo de reformulação e ampliação do ensino profissional, o PROEP vem desenvolvendo ações desde 1997. O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID participa do financiamento do Programa, com um contrato no valor de US\$ 250 milhões, aos quais se somam outros US\$ 250 milhões de contrapartida nacional (50% do Ministério da Educação e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT), perfazendo um total de US\$ 500 milhões.

Em 2002, o PROEP deteve 11,5% dos recursos previstos para o Programa, isto é, R\$ 81,4 milhões e executou R\$ 67,4 milhões, que representam 82,8%. Assim, nesse exercício, foram firmados 106 convênios para a implementação de centros escolares de Educação Profissional, comprometendo recursos da ordem de R\$ 275,7 milhões. Com os 230 convênios firmados em anos anteriores, o PROEP comprometeu R\$ 671 milhões para atendimento à rede federal, às redes estaduais e ao segmento comunitário. Esses investimentos irão permitir, em termos de crescimento, nova orientação para a oferta de cursos vinculados às demandas, articulando as dimensões educação/trabalho/ciência/tecnologia e, ainda, a ampliação em cerca de 1.050% nas matrículas dos cursos tecnológicos, 420% nas dos cursos técnicos e em 1.800% nas dos cursos básicos, após a consolidação dos 336 projetos.

No exercício de 2002, foram inaugurados/implementados 84 Centros de Educação Profissional, nos três segmentos, com recursos aplicados da ordem de R\$ 55 milhões, totalizando 104 centros ao longo de cinco anos de execução.

### **Projetos Inaugurados / Implementados**

**1997 – 2002**

<b>SEGMENTO</b>	<b>NÚMERO DE PROJETOS</b>	<b>EM MILHÕES</b>
FEDERAL	32	68,0
ESTADUAL	24	43,9
COMUNITÁRIO	48	112,7
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>224,6</b>

Fonte: UCP/PROEP/SEMTEC/MEC

Destaca-se, ainda, em 2002, o fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte a aproximadamente 155 mil alunos por meio da ação Assistência ao Educando da Educação Profissional, que é específica das Instituições Federais de Educação Profissional.

Devido às restrições orçamentárias e financeiras ocorridas no exercício de 2002, houve diminuição no ritmo de investimentos que o Programa estava imprimindo, o que inviabilizou, inclusive, o cumprimento de metas negociadas junto à SEAIN/MP e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com relação ao processo de prorrogação da vigência do Contrato de Empréstimo, que financia parte das ações do Programa Desenvolvimento da Educação Profissional, inviabilizando, também, a execução de ações previstas nas escolas da rede. Mesmo assim, no ano de 2002, houve continuidade dos investimentos que permitiram um crescimento no número de Centros Federais de Educação Tecnológica, que passaram de cinco, em 1995, para vinte e sete, em 2002, representando um crescimento de cerca de 540%, atuando nos três níveis da Educação Profissional.

## **Educação de Jovens e Adultos**

O desafio da Educação de Jovens e Adultos é atender à população que não teve oportunidade de frequentar a escola na idade adequada, bem como, àqueles que abandonaram precocemente os estudos. Dessa forma, o Programa Educação de Jovens e Adultos, do Avança Brasil, representa o esforço de atuação conjunta do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais e de algumas instituições não-governamentais, na busca da redução do analfabetismo e da melhoria da educação desta parcela da população brasileira.

Considerando a ação supletiva e redistributiva da União, na tarefa de promover a correção progressiva das disparidades de acesso e de garantia de padrão mínimo de qualidade do ensino, o Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, concede apoio técnico e financeiro a Estados, Municípios e organizações não-governamentais, que oferecem educação de Jovens e Adultos, mediante a aprovação de projetos educacionais. De 1995 a 2002, foram beneficiadas 3.222 instituições em todas as unidades da federação.

O investimento do programa contribuiu para a melhoria da qualidade do ensino fundamental de jovens e adultos, por meio da formação continuada de professores e da oferta de material didático específico e adequado a essa modalidade de ensino. Em 2002, no âmbito do MEC, o Programa contou com dotação orçamentária de R\$ 460 milhões, tendo sido liquidados R\$ 434,4 milhões – 94,4%. Por meio das ações Formação Continuada de Professores e Material Didático, descentralizadas mediante convênios com os sistemas de ensino das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, foram beneficiados, com a formação continuada, 18.290 professores e, com a oferta de material didático específico e adequado a essa modalidade de ensino, 462.578 alunos. A disponibilização de programas de rádio-difusão, por meio da Rádio Escola, com conteúdos e metodologias voltados para a capacitação de professores de jovens e adultos, também, constituiu-se em recurso para a melhoria da qualidade dessa oferta. Foram beneficiados, com a Rádio-Escola, 19.200 professores, 480.000 alunos, 1.920 coordenadores municipais e 207 universidades; foram também produzidos 367 minutos de programação.

Reconhecendo a necessidade de uma ação mais efetiva nas regiões e municípios mais carentes do Brasil e visando minimizar as diferenças de oportunidade de acesso até então apresentadas, foi implantada, em 2001, a ação Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos - Recomeço – Programa Supletivo. A ação consiste em dar apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios das regiões Norte e Nordeste e a outros 389 municípios localizados em nove Estados (AM, AP, GO, ES, MG, MT, PR, SP e RS) e que estão situados em microrregiões com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH menor ou igual a 0,500.

Os recursos são destinados exclusivamente, à manutenção e ao desenvolvimento da educação de jovens e adultos, podendo ser aplicados na remuneração e formação do corpo docente, aquisição e reprodução de material didático que atenda às especificidades do segmento beneficiado e programa suplementar de alimentação para os alunos. A distribuição das verbas obedece à sistemática já utilizada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, ou seja, os recursos são proporcionais ao número de alunos matriculados nos “cursos presenciais com avaliação no processo”, apontado pelo Censo Escolar. O valor aluno/ano foi em 2001, de R\$ 230,00 e passou em 2002, para R\$ 250,00. O acompanhamento da aplicação dos recursos é feito pelos conselhos sociais do Fundef, pelos Tribunais Estaduais de Contas e, também, por pesquisa e avaliação do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.



De acordo com o Censo Escolar 2001, a matrícula do ensino fundamental de jovens e adultos cresceu 17% em todo o País. O crescimento foi maior nas regiões Norte com 34%, passando de 332.166 para 445.845 alunos e na região Nordeste, onde o crescimento foi de 54%. Nessa região, a matrícula passou de 540.868 para 835.513 alunos. Em 2002, o Censo Educacional apresentou um crescimento no ensino fundamental de jovens e adultos, em relação ao ano anterior, da ordem de 26%. Na região Norte, o crescimento foi de 13% e na região Nordeste de 33%. Esse crescimento foi atribuído, dentre outras ações, à criação do Recomeço – Programa Supletivo. No primeiro ano, a ação beneficiou, no total, aproximadamente 830.000 alunos do ensino fundamental de jovens e adultos, com avaliação no processo. Em 2002 foram aplicados na ação R\$ 305,9 milhões, 99,4% dos recursos previstos, atendendo a 1,2 milhão de alunos.

Além das ações já citadas, destacam-se, ainda, as desenvolvidas pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS, organização não-governamental, responsável pela execução da ação Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos. Os recursos a ela destinados, que em 2002 foram da ordem de R\$ 102,6 milhões, visam a capacitação de alfabetizadores, a alimentação escolar dos alunos e a avaliação do programa, beneficiando um milhão de jovens e adultos em processo de alfabetização.

A ação Fomento a Projetos Especiais para a Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos beneficiou 2,5 milhões de alunos, superando a meta inicialmente prevista de 67 mil alunos, tendo em vista que a modalidade de aplicação da ação foi modificada para atender a necessidade de compatibilização da despesa com a política e diretrizes estabelecidas pelo MEC. Os recursos executados, da ordem de R\$ 14,7 milhões, foram destinados para: em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, produzir e distribuir atlas escolares e mapas indígenas para 1,4 milhões de alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental de jovens e adultos, em todo o País; produção de Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos – 2º segmento, dos Parâmetros Curriculares de 5ª a 8ª séries; e, em convênio com o INEP, aplicar o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos – ENCEJA, a Avaliação Formativa do Programa Recomeço e divulgar as ações de fomento a jovens e adultos.

Ainda no âmbito do Programa Educação de Jovens e Adultos, podemos citar o apoio financeiro aos sistemas de ensino das Regiões Metropolitanas das Capitais, áreas onde está concentrado um contingente elevado de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não o concluíram na idade própria. Referido apoio constitui-se em um mecanismo de integração com ações de outros programas constantes do PPA, num trabalho articulado com o Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS), coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Dessa forma, a execução do Programa Educação de Jovens e Adultos, aliado às ações desenvolvidas pelos sistemas de ensino, parceiros do MEC na luta contra o analfabetismo, possibilitou a redução das taxas de analfabetismo, na faixa etária de 15 anos ou mais que, segundo os dados mais recentes e disponibilizados pelo o IBGE, foram de 14,9% em 1996 para 13,6% em 2000.

## **Desenvolvimento do Ensino de Graduação**

O Ministério da Educação e a sociedade não têm medido esforços no sentido de aumentar o acesso às universidades, diminuir o tempo médio gasto para obtenção da graduação, aumentar o número de graduados, oferecer uma formação voltada, também, para a pesquisa científica e tecnológica e promover a qualificação do corpo docente.

Apesar das dimensões do País e das diferenças regionais, esse nível de ensino dobrou o número de matrículas nos últimos dez anos, chegando aos três milhões de matrículas em 2001. Com essa expansão, o MEC ultrapassou, antes do prazo, a meta estabelecida no “Programa Avança Brasil: os novos desafios do ensino superior”, de 1998, que pretendia chegar a 2,7 milhões de alunos em 2002, com um aumento de 30%. De 1997 a 2001 - o período de maior crescimento - a taxa média de expansão foi de 11% ao ano. Para se ter uma idéia da velocidade desse crescimento, basta observar que este percentual é praticamente o mesmo atingido pelo Sistema em toda a década de 80.

O ritmo de expansão da Educação Superior continua acentuado na região Norte. Em 2001, a matrícula cresceu 23%, totalizando 141.892 alunos na graduação. É o maior crescimento registrado na região na última década. Há dez anos, 51.821 estudantes da região estavam matriculados em cursos de graduação. No Sudeste, com 1.569.610 alunos, o aumento nesse mesmo ano foi de 12%. Dentre as informações trazidas pelo Censo 2001, destacaram-se a interiorização do ensino superior, a matrícula de pessoas adultas, que demonstra a busca do

aperfeiçoamento profissional e o crescimento do número de formandos, representando maior aproveitamento dos cursos e menor evasão escolar.

O Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação, que em 2002 executou 95% dos recursos orçamentários, teve um aporte de recursos orçamentários de R\$ 6,6 bilhões, destinados 72 % a pessoal e encargos sociais, 13 % a outras despesas correntes e apenas 15 % a investimentos.

Para uma melhoria qualitativa e quantitativa dos cursos de graduação no Brasil, há uma variada gama de aspectos a considerar. Nesse contexto, as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES desempenham um papel central como formadoras de líderes e promotoras do desenvolvimento do conhecimento e da ciência em linhas gerais. Não se concebem estudos de graduação para esta nova sociedade sem que as IFES possuam, em primeiro lugar, um corpo docente formado por professores altamente qualificados, atuantes no modelo das novas propostas pedagógicas e conscientes do novo papel da educação de nível superior no desenvolvimento global da sociedade. Dessa forma, as Instituições aplicaram algo em torno de R\$ 5,4 bilhões por meio da ação Funcionamento de Cursos de Graduação, representando 98,9% da dotação atual (Lei +Créditos). Deste valor, mais de 75,5% referem-se, exclusivamente, a pagamento de pessoal e encargos sociais das IFES.

Para garantir a expansão e diversificação do Sistema com qualidade, deu-se continuidade aos investimentos na qualificação dos docentes das IFES, com grande êxito. De 1994 a outubro 2002, a proporção de professores com o grau doutor evoluiu de 22,16 % para 46,52%, assim como a relação aluno/professor também evoluiu. Em 1994, eram oito alunos para cada professor e, em 2001, 11 alunos por professor. Valorizar a ação de fomento, sem a qual outros esforços são inconseqüentes, significa dar continuidade e expandir, de forma significativa, os objetivos na formação *stricto sensu* em todas as áreas. Nenhuma das IFES atingirá sua maior dimensão sem contar em seus quadros com recursos humanos com competência científica, de fato a maior riqueza do sistema universitário.

Às políticas adotadas pelo Ministério da Educação somaram-se as inovações contidas na Constituição, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e no Plano Nacional de Educação, que permitiram maior flexibilidade, criação de novos cursos, ensino a distância e cursos seqüenciais de menor duração, fundamentais ao desempenho do ensino superior nos últimos sete anos. Os procedimentos para a criação de novos cursos e novas instituições de ensino superior foram simplificados. Foram elaboradas novas diretrizes curriculares para o ensino de graduação; a educação a distância foi regulamentada e foram redefinidos os procedimentos de autorização para cursos de especialização. Com a criação dos Centros Universitários, as instituições de ensino superior passaram a gozar de maior autonomia administrativa e acadêmica.

Em novas bases, as instituições de ensino superior estão oferecendo, além dos cursos presenciais de graduação e pós-graduação, cursos de educação a distância e cursos seqüenciais. Já são várias instituições, a maioria públicas, federais e não federais, com cursos à distância de ciências biológicas, matemática, física, química, pedagogia ou magistério, entre outros. Estão sendo oferecidos, também, cursos seqüenciais para estudantes que terminaram o ensino médio, não requerendo aprovação em vestibular e atendendo a demandas do mercado de trabalho.

Como avanço, registre-se, foi institucionalizada a avaliação de desempenho enquanto principal critério de credenciamento e credenciamento de cursos e instituições. De maneira inédita, foi instituído mecanismo de avaliação das instituições – infra-estrutura física, inclusive laboratórios, equipamentos, biblioteca, titulação e produção científica dos professores – e de desempenho dos formandos em cursos de graduação. Os resultados das avaliações, que contam com especialistas designados pelo MEC, permitem que a sociedade saiba quais são as instituições e os cursos de melhor desempenho, democratizam as informações, apontam as deficiências e favorecem a fiscalização e o controle social.

Certamente o esforço na formação de recursos humanos deve ser acompanhado pela necessária infra-estrutura que compreende, entre outros, bibliotecas de qualidade, laboratórios equipados, salas apropriadas para um ensino renovado e recursos de informática. A este fim, destina-se o projeto de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e de seus Hospitais de Ensino. Com abrangência nacional, o projeto beneficia todas as IFES e todos os Hospitais de Ensino, tomando-se, por base para o atendimento, os pleitos apresentados pelas respectivas instituições. Em 2002, a ação atendeu a todas as Instituições Federais de Ensino Superior, inclusive a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, criada por desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, e o Hospital das Clínicas de Porto Alegre – HCPA. Em relação aos recursos, foram executados somente 37% do que estava previsto, uma vez que só foram liberados,

aproximadamente, R\$ 20 milhões, face às restrições orçamentárias impostas pelo Decreto nº 4.120/2002 e suas alterações.

Ao aprimoramento do ensino de graduação, acresce-se ainda o Exame Nacional de Cursos (Provão), instituído pela Lei nº 9.131/95, cujo objetivo é traçar um diagnóstico dos cursos avaliados e servir de instrumento para a melhoria do ensino. A aceitação pela sociedade e pelos graduandos tem aumentado a cada ano e seu escopo vem sendo ampliado a cada aplicação, com a inclusão de novos cursos no processo avaliativo. Ademais, à medida que se ganha experiência, o Provão vem sendo aperfeiçoado, tornando-se um instrumento de importância reconhecida. Ao mesmo tempo que estimulam as instituições a buscarem excelência na formação oferecida aos alunos, induzindo-as à emulação, seus resultados constituem fonte de informação para o aperfeiçoamento das políticas e exigências da Secretaria de Ensino Superior - SESu para o ensino de terceiro grau. O Provão foi aplicado pela primeira vez em 1996 para os cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil. Em 2001, 271 mil estudantes de 3.700 cursos de 20 áreas foram avaliados. Em 2002, foram avaliadas 24 áreas, abrangendo cerca de 90% de todos os concluintes de Educação Superior no País.

Destinada a aperfeiçoar o financiamento a estudantes carentes do ensino superior, a ação Concessão do Financiamento a Estudantes do Ensino Superior não-gratuito - FIES atende aos cursos com avaliação positiva no Provão, exigindo o aproveitamento do aluno em, pelo menos, 75% das disciplinas cursadas. Quando determinado curso obtém três vezes avaliação negativa, é excluído do FIES.

Neste programa, com empréstimos contratados diretamente pelos estudantes a uma taxa de juros de 9% ao ano – o mais baixo atualmente no mercado –, há participação conjunta das faculdades, do agente financeiro e do Governo Federal, no risco futuro de inadimplência. Com condições financeiras favoráveis, mecanismos eficazes de acompanhamento e comprometimento do aluno com o resgate do financiamento, foram criadas, por meio do FIES, as condições para a sustentabilidade do Programa.

Em três anos e meio de implementação, o FIES atendeu uma média semestral de 31 mil alunos. Conforme tabelas a seguir, no primeiro semestre de 2002, foram assinados 31.047 contratos novos e no segundo semestre 34.761, somados ao número de aditamentos ocorridos no primeiro semestre(103.917), um total de 169.725 estudantes financiados. Isto significa que foram beneficiados 78,7% do estimado, em função do número de estudantes que não atenderam os pré-requisitos exigidos pelo sistema de financiamento. Para cumprimento desses contratos, foram executados 97,2% dos recursos previstos(R\$ 603 milhões).

#### TOTAL DE CONTRATOS

Valores em R\$ mil

SEMESTRE/ANO	1º / 2001		2º / 2001		1º / 2002		2º / 2002	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
TOTAL	24.205	38.720	25.770	44.137	31.047	52.548	34.761	59.817

Fonte: FIES - CEF  
Posição 30/12/2002

#### TOTAL DE ADITAMENTOS

Valores em R\$ mil

SEMESTRE/ANO	1º / 2001		2º / 2001		1º / 2002		2º / 2002	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
TOTAL	82.904	166.673	96.091	185.311	103.917	211.721	122.965	240.954

Fonte: FIES - CEF  
Posição 30/12/2002

As quantidades tratam várias vezes o mesmo beneficiário.

Cabe observar que os critérios de seleção privilegiam os estudantes mais carentes, entre os candidatos classificados em função de índice que leva em conta, dentre outros fatores, a renda familiar, o número de membros da família, o fato de o candidato não ter moradia própria ou existir outro estudante de faculdade paga no grupo familiar. Tudo isso de forma automática, sem nenhuma possibilidade de interferência política.

De maneira adversa, a Concessão de Créditos Educativos a Estudantes Carentes, mais conhecida como Crédito Educativo, vem sendo gradativamente extinta, uma vez que o FIES está suprimindo o seu objetivo de forma mais eficiente e eficaz. Ainda assim, em 2002, foram executados R\$ 30,3 milhões, 60,9% dos recursos previstos para completar o atendimento a 11.416 estudantes financiados, o que significou 70,2% do previsto.

## Hospitais de Ensino

As dificuldades no sistema de saúde pública são incessantes. A falta de recursos tem sido a principal queixa do gestor público. Entretanto, as dificuldades são mais complexas, tendo assim o Governo um papel fundamental, não apenas de um órgão fiscalizador, mas também como um parceiro, trabalhando para implementação de uma mudança organizacional, com propósitos mais competitivos frente ao mercado nacional e internacional no que diz respeito à assistência, à pesquisa e ao ensino. Baseado neste cenário, o Ministério da Educação vem desenvolvendo um banco de dados com indicadores de todos os hospitais vinculados às Universidades Federais que possibilita, por meio das informações fornecidas pelos diretores dos hospitais, acompanhar a evolução da gestão, assim como identificar os pontos em que devemos atuar de forma mais eficaz.

Essa rede de hospitais é composta de 45 unidades pertencentes a 29 Instituições Federais de Ensino, localizadas em 20 Estados da União e no Distrito Federal. Os Hospitais Universitários - HUs são unidades de saúde, únicas em algumas regiões do País, capazes de prestar serviços altamente especializados, com qualidade e tecnologia de ponta, à população, garantindo, também, o suporte técnico necessário aos programas mantidos por diversos Centros de Referência Estaduais ou Regionais e à gestão de sistemas de saúde pública, de alta complexidade e de elevados riscos e custos operacionais. Ainda, são importantes centros de formação de recursos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços de assistência à população possibilita o constante aprimoramento do atendimento, com a formulação de protocolos técnicos para as diversas patologias, o que garante melhores padrões de eficiência e eficácia, colocados à disposição para a Rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa forma sistêmica de tratar a saúde fez com que, ao longo do tempo, os hospitais assumissem um papel que alterou sua estrutura e padrões de funcionamento. Com efeito, à medida que tornaram-se grandes Centros Hospitalares, a importância das atividades assistenciais passou a ser tão relevante quanto as funções de ensino e pesquisa.

Assim, uma das formas de respaldar este novo contexto, principalmente em função de uma demanda reprimida de atendimento à saúde da população, impondo um aumento de produtividade, foi a instituição, no segundo semestre de 1999, do Programa Interministerial de Reforço à Manutenção dos Hospitais Universitários Federais, entre o Ministério da Educação – MEC e o Ministério da Saúde - MS, o qual é identificado dentro do orçamento deste Ministério e no Plano Plurianual, como Apoio ao Funcionamento dos Hospitais de Ensino. Nesta Ação, cada um dos Ministérios tem destinado ao reforço do custeio dos Hospitais de Ensino, mantidos pelas IFES, recursos de seus respectivos orçamentos. No caso do MEC, este valor, em 2002, foi de aproximadamente R\$31 milhões, dos quais 99,2% foram liquidados.

Objetivando não haver distorções quanto às metas a serem seguidas no Programa Interministerial, princípios essenciais foram acordados por meio de um termo de adesão, sem o qual a instituição fica impedida de participar. Cabe destacar alguns pontos desse termo como: atuar no atingimento das metas previstas no Programa de Saúde da Família e da Mulher, instituído pelo MS, para o quinquênio 1998-2002; participar, sempre que convocada, nos programas emergenciais de atenção à saúde da população em regime de mutirão, instituídos pelo MS; criar novos leitos, somente após decisão conjunta com o MEC; priorizar gerenciamento de custos hospitalares; participar em cursos de aperfeiçoamento de gestão; pactuar com o gestor público nas Comissões Bi e Tripartite e Conselhos de Saúde, participando na elaboração das políticas local e regional de saúde e estabelecendo uma relação adequada entre demanda e oferta de serviço, sem prejuízo para o ensino; incentivar um programa de combate à Infecção Hospitalar, visando obter eficácia no controle e qualidade nos procedimentos; e não utilizar os recursos para acréscimo do atual quadro de pessoal.

O sucesso do programa, apesar de implantado há apenas três anos, já é claramente perceptível. A produtividade e a qualidade da gestão da grande maioria dos HUs aumentou e os usuários do SUS e estudantes da área da saúde, clientes diretos dessas instituições de ensino, pesquisa e assistência, têm sido diretamente beneficiados por este importante instrumento de política governamental.

Um exemplo promissor, a partir da interface hospital/MEC/MS, é a elevação progressiva da porcentagem de atendimentos ambulatoriais e hospitalares de complexidade terciária dos HUs, visando zerar o atendimento de complexidade primária e reduzir o de complexidade secundária, utilizando-os apenas para confirmação de diagnósticos. Neste sentido, pode ser demonstrada a frequência de alguns procedimentos/ano que são efetuados: cerca de 2.000 transplantes, 5.000 cirurgias cardíacas, 6.000 neurocirurgias, 15.000 em oncologia. Estes números representam praticamente 50% das cirurgias cardíacas, 70% dos transplantes, 50% de neurocirurgias e 65% das cirurgias de mal formação craniofaciais realizadas no País.

Outros números podem confirmar os benefícios/ano que os HUs representam para todo o Sistema de Saúde e, conseqüentemente, o êxito da gestão do Programa Interministerial atrelado a toda a estrutura montada, principalmente ao que diz respeito ao Sistema de Informação dos Hospitais Universitários - SIHU, que é a fonte para a elaboração da matriz de distribuição de recursos dos hospitais. Conforme dados apurados, destaca-se: mutirões de catarata, próstata, varizes, hérnia e demais campanhas nacionais, que beneficiaram mais de 290.000 pessoas; Produção Científica Brasil correspondente a cerca de 350 teses, 750 dissertações, 850 livros publicados, 2.500 artigos em revistas, 8.000 trabalhos em congressos e 3.000 palestras; recuperação do parque tecnológico, com a aquisição de quase 10.000 equipamentos, 80.000 m<sup>2</sup> de reformas e 40.000 m<sup>2</sup> de construção e/ou ampliação; definição de indicadores, por meio do banco SIHU, baseado na relação "ideal" de exames laboratoriais e raio X por internações e consultas; cirurgias por salas e cirurgições, consultas por salas ambulatoriais, internações por leito, quilograma de roupa lavada por internações e cirurgias, refeições por internações e residentes, e leitos por médico, enfermeiros, auxiliar e técnico de enfermagem.

Finalizando, faz-se necessário destacar que, paralelamente a estes ganhos obtidos junto aos HUs, tendo-se sempre como base as informações contidas no banco SIHU, o Ministério da Educação concedeu um recurso adicional que irá incrementar em 400 bolsas de Residência Médica e, após negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o acréscimo de 3.300 vagas de técnicos da área da saúde.

### **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF**

O FUNDEF veio corrigir a histórica desigualdade entre Estados e Municípios, na divisão dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Não havia qualquer correspondência entre a repartição dos recursos e o número de alunos matriculados. Assim, ocorriam grandes injustiças: o dinheiro quesobrava em cidades mais ricas, com redes municipais de ensino pequenas e poucos alunos, faltava em cidades pobres com grandes redes e muitos alunos.

O Fundo mudou este quadro. Dos 25% que a Constituição obriga os Estados e Municípios a investirem em educação, 60% - que equívalem a 15% de toda a arrecadação fiscal - devem se destinar exclusivamente ao Ensino Fundamental. A divisão da receita entre o Estado e seus Municípios passou a ser proporcional ao número de alunos matriculados nas escolas de cada rede de ensino, com base no Censo Escolar do ano anterior.

De acordo com as regras do FUNDEF, também, deve haver um gasto mínimo por aluno/ano. Sempre que os recursos do Fundo, em um Estado, não alcançam esse valor mínimo, o Governo Federal faz uma complementação. Além disso, 60% dos recursos do Fundo são utilizados, obrigatoriamente, para pagar os professores do Ensino Fundamental. Dessa forma, o FUNDEF começou a corrigir o problema salarial. Logo no primeiro ano de implantação do Fundo, o aumento médio nacional do salário dos professores foi de 13%, mas chegou a 50% nas redes municipais do Nordeste, onde a remuneração era menor. O Censo Escolar revela que eles estão mais qualificados, com melhoria considerável no grau de formação. O número de professores sem formação adequada - aqueles chamados de leigos - caiu 41%, no ensino fundamental, entre 1994 e 1999. Houve aumento de 8% no número de professores com nível médio completo e de 24%, com superior completo.

No ano de 2002, o total de recursos do FUNDEF foi de R\$ 22,9 bilhões, representando um crescimento de 16% em relação ao exercício anterior e de 73% em relação a 1998, ano de sua implantação. No contexto macroeconômico, verifica-se que o FUNDEF passou de 1,5% do PIB em 1998 para 1,7% em 2001, evidenciando um crescimento mais acelerado das receitas que compõem o Fundo, quando comparadas ao crescimento da economia.

A distribuição dos recursos do FUNDEF entre o Governo Estadual e os municípios, no âmbito de cada Estado, realizada com base no número de alunos atendidos no Ensino Fundamental em cada rede de ensino beneficiou, em 2002, 32 milhões de alunos das redes estaduais e municipais em todo o País, e garantiu um valor mínimo nacional por aluno/ano de R\$418,00 para os alunos da 1ª a 4ª série e de R\$438,90 para os da 5ª a 8ª série e Educação Especial.

A transferência da União, a título de Complementação ao FUNDEF, foi de R\$ 421,8 milhões em 2002, contemplando os Governos Estaduais e Municipais de três Estados da Região Nordeste e um da Região Norte, beneficiando um contingente de 7,3 milhões de alunos do Ensino Fundamental regular e especial, dos quais 2,3 milhões das redes estaduais e 5,0 milhões das redes municipais. É importante ressaltar que essa parcela de recursos federais está direcionada exclusivamente às Unidades Federadas onde o valor por aluno não alcança o valor mínimo

nacional, que passou a ser observado com a implantação do Fundo. Nesses Estados, onde há necessidade de transferências a título de Complementação, existem 999 municípios, dos quais 97% obterão, com o FUNDEF, um adicional de receitas vinculadas ao Ensino Fundamental.

O Valor Mínimo Nacional, para efeito de garantia dos repasses dos recursos do FUNDEF, encontra-se em conformidade com o previsto no § 1º, art. 6º, da Lei nº 9.424/96 e tem sido fixado pelo Governo Federal com diferenciação do custo por aluno dos segmentos de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série e classes de Educação Especial, segundo disposto no § 2º, art. 2º da mesma Lei. Aqui, convém registrar que o entendimento sobre a definição do critério estabelecido em relação à fixação do Valor Mínimo Nacional na forma prevista no art. 6º da Lei nº 9.424/96, face à interposição de Ação Civil Pública contra a União pelo Ministério Público Federal, no sentido de obrigar a adoção de critério que leve em consideração o valor médio nacional, diferentemente do critério que vem sendo adotado pela União, que considera a incomunicabilidade financeira dos Fundos, tratando-os por Estado e Distrito Federal, consoante estabelecido no art. 1º da Lei nº 9.424/96, encontra-se *sub-judice*, aguardando julgamento do mérito.

Em 2002, a contribuição dos Estados à formação do Fundo foi de R\$ 15,2 bilhões e a receita obtida, observada a redistribuição dos recursos com base no número de alunos, é da ordem R\$ 11,7 bilhões. Já os municípios contribuem com R\$7,3 bilhões e obtêm uma receita de R\$11,2 bilhões (ganho de 62%). Esse efeito financeiro favorece o conjunto dos municípios, porém com ganhos mais expressivos em favor daqueles situados nas regiões mais pobres do País.

Do conjunto dos municípios existentes no País, verifica-se que 3.546 municípios (64% do total) obtiveram ganhos financeiros com o FUNDEF em 2002. Nesse conjunto de municípios, são atendidos 89% dos alunos matriculados no total das redes municipais de ensino, confirmando o alcance pleno do objetivo de redistribuição financeira do FUNDEF, direcionando os recursos para onde estão os alunos.

Sobre o aspecto financeiro, verificou-se, também, um significativo crescimento do montante de recursos que engrossaram as receitas vinculadas à educação desses municípios ganhadores em decorrência do FUNDEF. O adicional financeiro em favor dos municípios é de R\$3,9 bilhões em 2002, representando um crescimento de 95% no período 1998/2002.

O esforço do Poder Público Municipal e Estadual em trazer para a escola as crianças sem atendimento, incentivado pela garantia dos correspondentes recursos financeiros, e o processo de transferência de alunos entre redes de ensino, principalmente, das redes estaduais para as municipais, foram efeitos imediatos da implantação do FUNDEF, fazendo com que, apenas no primeiro ano de sua vigência, o crescimento das matrículas alcançasse a significativa marca de 6% (nos anos imediatamente anteriores o crescimento anual era da ordem de 3%), representado por quase dois milhões de crianças trazidas para as escolas. Em 1999, o crescimento foi de 1,2% e, a partir de 2000, iniciou-se o processo de inversão da curva de crescimento das matrículas, registrando-se uma tendência de redução que acumulou, apenas nos anos de 2000 e 2002, uma queda de 2,6%.

A realocação de recursos conduziu ao aumento da cobertura nas matrículas do ensino fundamental, propiciando acesso das crianças das camadas mais pobres da população à escola. Em três anos (no período de 1997 a 2000), foi possível conseguir resultados que em três décadas de acelerada massificação das matrículas não haviam sido alcançados. Em 1994, a taxa de atendimento das crianças de 7 a 14 anos era de 92,7%. Em 1999, em decorrência, sobretudo do incentivo criado a partir do mecanismo de garantia dos recursos em função do número de alunos, instituído com o FUNDEF, 97% dessas crianças já estavam na escola, transformando o atendimento ao ensino fundamental na primeira política social universalizada do País. Concomitantemente a essa evolução na taxa de atendimento, ocorreu um acentuado processo de municipalização do ensino fundamental, de sorte que o atendimento dos municípios passou de 41% das matrículas totais das redes estaduais e municipais em 1997 para 55% em 2002. O quantitativo de municípios que ofereciam atendimento no ensino fundamental passou de 5.206, em 1997, para 5.441 em 2002, correspondendo a um aumento de 235 municípios.

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 9.424/96, a fiscalização do FUNDEF é realizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e União. O MEC, de acordo com o art. 12, do mesmo diploma legal, tem a atribuição de avaliar o FUNDEF com vistas à promoção das medidas corretivas, eventualmente, necessárias. Além disso, o Ministério oferece orientações e apoio técnico a Estados, Municípios, outras instituições e pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, tanto pelos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, quanto pelos órgãos de controle externo e pela própria sociedade.

Nessa linha de ação e considerando a necessidade de se disseminar informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do Fundo, foram veiculados, até a presente data, via TV Escola, seis programas de vídeo sobre o funcionamento e utilização dos recursos do FUNDEF, transmitidos nos primeiros sábados de cada mês, com duração de 1 hora. Os programas atingem, principalmente, professores, pais e conselheiros do FUNDEF e podem ser assistidos em todas as escolas que disponham de antena parabólica. Foram desenvolvidas, em 2002, ações voltadas a fornecer orientações gerais sobre o FUNDEF, tratando das ações sócio-educativas, dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, do Plano de Carreira, e da Municipalização do ensino, além de maior divulgação dos programas do FUNDEF (por meio de vídeos e da distribuição de cartazes a todas as escolas estaduais e municipais de ensino fundamental).

Por sua vez, foram também divulgados mensalmente os valores repassados aos municípios à conta do FUNDEF, por meio de cartazes distribuídos e afixados nas agências dos Correios. Destaque-se, ainda, a elaboração da Revista do FUNDEF com a tiragem de 100.000 exemplares e sua distribuição às Prefeituras Municipais, Secretarias de Educação, Tribunais de Contas e Ministério Público - MP, bem como do folder *FUNDEF - recursos 2002*, para cada Estado, com a estimativa de recursos por Unidades Federadas e municípios. Sua distribuição aos Tribunais de Contas e Ministério Público permite auxiliar os gestores no correto emprego e utilização dos recursos do FUNDEF e proporciona à sociedade um efetivo acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

Com o objetivo de disseminar as informações sobre o FUNDEF e prestar apoio e cooperação técnica às Secretarias Municipais de Educação, visando proporcionar a adequada utilização dos recursos e satisfatórios níveis de fiscalização, acompanhamento e controle social sobre os valores transferidos, foram promovidos encontros que atingiram secretários de educação, prefeitos, vereadores, instituições de ensino, organizações governamentais e não-governamentais nos Estados de SP, AM, PB e PR.

Atendendo a professores, pais de alunos, sindicatos, prefeitos, vereadores, secretários de educação e cidadãos em geral, sobre assuntos relacionados à aplicação dos recursos, remuneração do magistério, funcionamento do conselho do FUNDEF, capacitação/habilitação de professores, recomendações sobre providências referentes a denúncias e irregularidades, dentre outros, foi emitida cerca de 1.700 correspondências à sociedade em geral, fornecendo as devidas orientações ou prestando esclarecimentos.

Tendo em vista a necessidade de agregar novos conteúdos e atualizar as informações sobre o Fundo (legislação, recursos e sua utilização, acompanhamento e controle social, resultados e dúvidas mais comuns), foi procedida a reformulação gráfica e editorial da página do FUNDEF na *Internet*, que passou a permitir um acesso mais objetivo, dinâmico e interativo a todo material instrucional publicado sobre a operacionalização do FUNDEF (cartilha, *folder* do professor, cartilha para o MP e revista).

Considerando a necessidade de articulação, apoio técnico e aproximação com os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, o MEC, em 2002, realizou o *IV Encontro Nacional com membros dos Conselhos Estaduais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF*, de forma a concluir as reflexões e debates sobre os temas: organização e funcionamento dos Conselhos, Plano de Carreira e Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados e discutidos nos encontros regionais realizados em 2001, cujo documento consolidado nos encontros regionais obteve aprovação dos Conselhos por ocasião do evento de âmbito nacional. Também, foi realizado o Encontro de Conselheiros Municipais do FUNDEF no Rio Grande do Sul, em parceria com a União de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS, que atingiu 250 municípios e 419 conselheiros. Foram trabalhados, em palestras e oficinas, os temas: financiamento da educação, orçamento municipal, censo escolar e organização e funcionamento dos conselhos.

Com o objetivo de intensificar a interação e articulação institucional com o Ministério Público, de modo a facilitar a efetiva atuação desse segmento no sentido de fiscalizar, observar e fazer cumprir os critérios legais estabelecidos para uso dos recursos do FUNDEF, o MEC participou dos encontros promovidos pelo Ministério Público Estadual, nos Estados do ES, RJ, MA e SC, voltados para capacitação de promotores de justiça, e de quatro audiências públicas, no PA, realizadas pelo Ministério Público Federal, que contou com a presença de vereadores, professores e comunidade em geral.

Todavia, é oportuno registrar que as limitações de gastos impostas pelos Decretos nºs 4.230 e 4.231, de 2002, afetaram, sobremaneira, não só as ações tipicamente administrativas, mas, também, as atividades-fim do MEC, o que impediu a otimização das ações relativas à participação em encontros promovidos nos Estados, voltados à disseminação de informações e orientações sobre o FUNDEF, bem como, às ações referentes ao trabalho de apoio técnico e à articulação com os órgãos e instâncias de acompanhamento e ao controle social do Fundo.

Um ponto relevante foi a contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/USP, pelo MEC, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei 9424/96, para que seja efetuada pesquisa com a finalidade de avaliar o impacto do FUNDEF, em relação às principais alterações e avanços (quantitativos e qualitativos) alcançados junto às redes municipais e estaduais de Ensino Fundamental. Esta iniciativa representa a continuidade dos estudos desenvolvidos desde 1998.

Convém esclarecer que as reclamações/denúncias recebidas pelo Ministério relacionadas à má utilização dos recursos do Fundo transferidos aos municípios, ou mesmo ao descumprimento de outros dispositivos legais estabelecidos na legislação, são comunicadas aos respectivos Prefeitos, os quais são solicitados a prestar esclarecimentos sobre o problema/irregularidade apontada, permitindo-lhes, em prazo determinado, pronunciar-se a respeito. A documentação recebida é encaminhada, com cópias dos documentos correspondentes, para conhecimento das situações e adoção das medidas julgadas pertinentes, ao Tribunal de Contas e Ministério Público. No corrente exercício, essas reclamações apontaram irregularidades em 353 municípios, com 523 ocorrências. Foram expedidos 360 ofícios-denúncias e obtidas 279 respostas. Do total de ofícios-denúncias, foram encaminhadas 165 correspondências ao Ministério Público e 127 ao Tribunal de Contas, dos Estados e Municípios.

### **Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação - Bolsa Escola**

Criado pela Medida Provisória nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, e posteriormente convertido na Lei Nº 10.219, de 11 de abril de 2001, o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – “Bolsa Escola” – resultou da ampliação do Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM e da criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. A conversão da medida provisória em lei, em menos de dois meses, mostrou que o Congresso Nacional reconheceu o alcance e a importância do Programa.

Foram diversas as alterações na forma de gestão, financiamento e distribuição de recursos em relação ao PGRM. A faixa etária, por exemplo, foi expandida e passou a ser de 6 a 15 anos. Sua meta global é contemplar 10,7 milhões de crianças, em 5,8 milhões de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 90,00. O cálculo do benefício, também, foi simplificado, correspondendo a R\$ 15,00 por mês para cada filho que frequente o ensino fundamental, até o limite de 3 crianças por família, chegando ao máximo de R\$ 45,00.

Outra inovação foi o pagamento via cartão magnético. O valor do benefício sai do Tesouro Nacional e é repassado diretamente à mãe ou responsável via Caixa Econômica Federal (CEF), única instituição presente em todos os 5.561 municípios brasileiros, realizando transações em tempo real. Com o cartão em mãos, basta que a mãe se dirija a qualquer agência, casa lotérica ou outro agente pagador credenciado pela CEF para sacar o benefício, o qual fica à disposição das famílias a partir do mês seguinte ao da homologação do termo de adesão e concessão, podendo ser retirado dentro do prazo de três meses, após o que é recolhido à conta da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola (SPNBE).

Aos municípios cabe elaborar e manter atualizado o cadastro das famílias, instituir o programa em lei municipal, criar um Conselho de Controle Social - CCS local, implementar as ações socio-educativas, firmar o termo de adesão e monitorar a frequência escolar das crianças.

O Programa Nacional de Bolsa Escola Federal se aproxima de completar dois anos de criação, tendo alcançado significativos avanços, embora não sejam poucos os desafios que enfrenta. Afinal, a viabilização de uma política pública de grande alcance, com transferência direta de recursos da União para os beneficiários em todos os rincões do país, exige um grande esforço de informação, articulação e estrutura operacional.

Em seu primeiro ano, no exercício de 2001, a prioridade do Bolsa Escola foi promover a adesão de todos os municípios brasileiros. Buscando atingir esta meta, a SPNBE se mobilizou, dando ampla divulgação ao programa, além de fornecer orientações quanto à sua implantação.

Já em 2002, mais amadurecido e em busca da sua consolidação, o enfoque do Bolsa Escola se voltou para a avaliação, monitoramento e o controle que vêm sendo gradualmente implementados e incrementados. Um dos grandes desafios de um programa social deste porte, com execução fortemente descentralizada, está em minimizar as fragilidades na interação entre o gestor federal e os municípios. Essa foi a tônica que orientou o Bolsa Escola este ano.

A partir da criação do programa, foi iniciada uma série de ações que permitiram sua efetiva implementação em 99,7% dos municípios brasileiros, graças a uma grande mobilização para a adesão dos



municípios e divulgação na sociedade. Além do uso de veículos de comunicação, da página do Bolsa Escola no portal do Ministério da Educação e da distribuição de material às prefeituras, foi criada a Caravana do Bolsa Escola, que percorreu o país divulgando o programa nas reuniões de Associações de Prefeitos, da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - PRASEM, entre outras.

Todo esse esforço, mais o comprometimento de Prefeitos, Secretários de Educação, professores e da equipe que coordena o Bolsa Escola Federal, garantiram a sua implementação num curto período. O ano de 2001, encerrou com a adesão total de 5.470 municípios, alcançando 98% dos 5.561 municípios brasileiros. Isto representou mais de 8,2 milhões de crianças pertencentes a 4,8 milhões de famílias carentes. Ao longo daquele exercício foram transferidos R\$ 409,9 milhões em benefícios. Em 2002, a ação foi ampliada, faltando apenas a adesão de 15 municípios, do universo de 5.561, e o atendimento estendeu-se a cerca de 5,1 milhões de famílias, beneficiando aproximadamente 8,7 milhões de alunos.

Não obstante o curto período de sua implementação, o Bolsa Escola Federal já demonstra significativos avanços na sua operacionalização. Neste ano de 2002, os esforços foram concentrados em ações que possibilitassem, primeiramente, a consolidação dos três pilares que sustentam o programa e que estão diretamente relacionados à atuação dos gestores municipais: o controle da frequência escolar; a implantação das ações sócio-educativas; e a atuação do Conselho de Controle Social - CCS.

Visando a padronização e sistematização do processo de monitoramento de frequência, foram instituídas pela Portaria n.º 12, de 26.4.2002, normas de operacionalização para o seu controle, bem como, o modelo de Relatório de Frequência Escolar a ser adotado. O *kit*, encaminhado pelo correio às prefeituras, é composto pelo Relatório de Frequência, um aplicativo em CD-ROM e seu respectivo manual operacional.

Apesar das enormes desigualdades regionais quanto à infra-estrutura para o acesso aos meios informatizados de transmissão de dados, em grande parte minimizados pelo apoio da CEF, os primeiros resultados do controle sistêmico da frequência escolar, referente ao trimestre abril/maio/junho de 2002, surpreenderam os institutos especializados na obtenção de informações individualizadas sobre a permanência dos alunos na escola. Foram identificados, ainda, municípios que, apesar de não terem logrado êxito no envio das informações por meio magnético, procederam ao controle em papel, demonstrando mobilização de esforços para o cumprimento do efetivo controle da frequência dos alunos beneficiados.

A análise das informações provenientes desta primeira rodada indicam que 1.960 municípios encaminharam informações utilizando o Sistema. Neste primeiro momento, caracterizado pelas dificuldades inerentes à implantação de um novo sistema, foram apresentadas informações de municípios que possuem 3,5 milhões de crianças beneficiárias, o que abrange aproximadamente 40% do total de beneficiários do programa. Os resultados do controle, referentes ao trimestre julho/agosto/setembro indicam que 2.539 municípios encaminharam informações, os quais possuem 4,0 milhões de crianças beneficiárias, abrangendo aproximadamente 46% do total de beneficiários do Programa.

Como estratégia para garantir a efetivação da contrapartida municipal em relação ao funcionamento do programa, estão sendo realizados seminários em todo o país, os quais foram idealizados com o objetivo de sensibilizar gestores municipais, sociedade civil e demais parceiros, principalmente os membros dos CCS, sobre seus papéis e responsabilidades em relação ao Programa, sobretudo no que se refere ao controle da frequência e ao combate à evasão escolar. Além disso, durante as palestras estão sendo repassadas orientações e ressaltada a importância das ações sócio-educativas para a formação e inclusão social de crianças e adolescentes, incentivando-se a troca de experiências.

Os critérios de escolha dos locais para realização desses eventos são: mapeamento das regiões que possuem entidades federais, prioritariamente vinculadas ao MEC; logística de transportes aéreo e terrestre, procurando-se otimizar o custo-benefício do deslocamento de servidores da Secretaria; orientação pelos dados e mapas das meso e microrregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; concentração de beneficiários do programa e a situação socio-econômica da região, na expectativa de atender as regiões mais carentes com maior número de beneficiários. Em 2002 foram realizados 35 seminários em diversas regiões, com uma média de 110 participantes por evento, alcançando um total de 3.888 representantes de 662 municípios (entre gestores municipais e membros de CCS, das UNDIME's, da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores das Varas de Infância e da Juventude e das Secretarias Estaduais de Educação, além do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A promoção das ações socio-educativas e do controle social, também, vem ocorrendo a partir da elaboração de material de divulgação, orientação e incentivo. Neste sentido, foi elaborado o Guia de Orientação para os Conselhos de Controle Social, que contém informações básicas, sobressaindo-se as sugestões de como melhorar ou diversificar as formas de atuação da comunidade, incentivando a representação de segmentos sociais na formulação e acompanhamento de políticas públicas sociais.

Também, foi elaborado e distribuído a todas as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, bem como, a cerca de 178 mil estabelecimentos públicos de Ensino Fundamental do país, o Guia de Ações Socio-educativas, contendo orientações para auxiliar na implementação e no desenvolvimento de atividades educativas complementares, realizadas em horários extraclasse.

Fruto de parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, no final de 2002, a SPNBE publicou um livro contendo experiências no desenvolvimento de ações socio-educativas. O livro, a ser distribuído a prefeituras e instituições de Ensino Fundamental, possui 31 experiências exemplares de ações socio-educativas, selecionadas com base nos seguintes critérios: abrangência da ação; efetividade da permanência dos alunos na escola; criatividade das atividades propostas; adequação à realidade e à cultura locais; condições da escola e comunicação da mesma com a comunidade e os alunos e pertinência da temática escolhida para a ação (ética, saúde, meio ambiente, cultura, orientação sexual etc). O principal objetivo dessa publicação é servir de referência para o desenvolvimento das atividades extraclasse em períodos complementares aos das aulas – contrapartida exigida aos municípios para a adesão ao Bolsa Escola Federal.

A atualização das estimativas do seu público-alvo do programa está em andamento mediante acordo de cooperação entre a SPNBE e o IBGE. A meta atual de atendimento do Bolsa Escola Federal foi estimada a partir de dados do Censo de 1991, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999 e de informações preliminares do Censo 2000, todos do IBGE, além do Censo Escolar de 2000 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, em face da ausência, àquela época, de um levantamento oficial da pobreza no Brasil. Tendo em vista a atualização de informações sobre aspectos demográficos e socio-econômicos da população, encontra-se em produção uma estimativa de atendimento por município que considera especialmente a comparação entre os limites municipais atuais e as informações da base de dados do questionário simplificado do Censo 2000.

Quanto ao cadastramento dos beneficiários, a criação do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto 3.877/2001, trouxe significativas mudanças, pois focaliza por meio de formulário padronizado, as políticas públicas de âmbito federal na população mais carente. Com isso, deixou de existir o formulário específico do Bolsa Escola, passando toda a estratégia de cadastramento e seleção de famílias a vincular-se à efetiva implementação do Cadastro Único nos municípios, substituindo-se, portanto, a emissão do Cartão Bolsa Escola pelo Cartão Cidadão. As famílias que se inscreveram no programa passaram a receber o benefício por meio do novo cartão, o que não invalidou o cartão azul anteriormente utilizado. Este foi automaticamente transformado em Cartão Cidadão, permitindo inclusive a retirada dos demais benefícios da rede de proteção social do Governo Federal, desde que a família passe pelo novo cadastramento.

Com vistas a ajustar alguns tópicos que mereciam adequação, tendo por eixo a análise da legislação vigente e os procedimentos operacionais, especialmente a adequação do processo no contexto do Cadastro Único e da implementação do Sistema de Controle de Frequência, foi editado o Decreto nº 4.313, de 24 de julho de 2002, para normatizar o Bolsa Escola, revogando-se o Decreto nº 3.823, de 28 de maio de 2001. A medida implicou o aprimoramento dos instrumentos de gestão do programa, destacando-se a atualização do SIBES – Sistema Bolsa Escola.

No que diz respeito à promoção da troca de experiências e suportes interinstitucionais com parceiros-chave, é importante ressaltar os diversos convênios estabelecidos em 2002 entre a SPNBE e instituições parceiras. Dentre eles podemos destacar o PRESENTE - Parceria de Entidades Nacionais para Acompanhamento da Frequência, baseado na formação de uma rede nacional, cuja atribuição é atuar como instrumento de verificação da ausência de crianças e adolescentes nas escolas, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e o regresso às salas de aula dos alunos que ainda não concluíram o ensino fundamental. O acordo envolve, além dos Ministérios da Educação e da Saúde, Órgãos da Justiça Federal e Estadual, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Essas entidades comprometem-se a definir estratégias e repassar a proposta aos seus representantes regionais para ajudá-los a usar procedimentos eficazes de acompanhamento da frequência escolar. Os representantes regionais devem ainda estimular a adoção do PRESENTE em todos os municípios brasileiros.

Outra parceria a destacar é com a Pastoral da Criança (CNBB), firmada já em 2001 e renovada em setembro de 2002, por mais dois anos. Esta parceria implica a distribuição de material informativo do programa para supervisores de alfabetização, líderes comunitários, coordenadores da Pastoral nos Estados e coordenadores de dioceses, entre outras ações. Os integrantes da Pastoral, também, colaboram denunciando irregularidades e identificando crianças carentes, dentro da faixa etária e dos critérios fixados pelo MEC, para o atendimento do Bolsa Escola. Em 2002, a SPNBE participou de eventos promovidos pela Pastoral em Salvador, Vitória, Porto Velho, Boa Vista e Rio de Janeiro.

Também, foi estabelecida parceria com as Secretarias Estaduais de Trabalho (Alagoas, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco e Piauí) e a Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, mediante a qual os adolescentes egressos do Programa Bolsa Escola Federal, ao completarem 16 anos, tenham prioridade no atendimento dos programas estaduais de qualificação profissional, desenvolvidos com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A idéia é incluir estes jovens em cursos e atividades que facilitem o ingresso no mercado de trabalho.

Outra articulação interinstitucional importante foi o estabelecimento de Termo de Cooperação com a Fundação Banco do Brasil para inclusão das famílias do Bolsa Escola nos programas “BB Educar”, de alfabetização de jovens e adultos e “AABB Comunidade”, que oferece atividades nas áreas de esporte, teatro e música nos Estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe.

Vale sublinhar, ainda, os convênios estabelecidos com os Ministérios Públicos estaduais para fiscalização da execução do programa e realização de auditorias que envolveram seis Estados do Nordeste, três da região Norte, um da região Sul, um do Centro-Oeste e o Distrito Federal( todos a partir de julho/2002).

Finalmente, podemos destacar o esforço de levar o registro civil a toda a população brasileira, considerando que a certidão de nascimento é o primeiro passo para a cidadania. Atualmente, cerca de 31% dos brasileiros não são registrados no momento do seu nascimento, o que dificulta ou até inviabiliza a implementação de políticas sociais, tais como o Bolsa Escola Federal. Com essa finalidade, foi firmado um Protocolo de Intenções denominado “Campanha Nacional do Registro de Crianças”, estabelecido entre os Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação, da Previdência e Assistência Social, a Casa Civil da Presidência da República, o Colégio de Corregedores Gerais de Justiça e as Associações dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG) e dos Registradores de Pessoas Naturais do Brasil (ARPEN-BR). Além das condições de cooperação, o Protocolo estabelece como prioridade a concessão do registro de nascimento a todos os cidadãos brasileiros, independentemente da faixa etária.

O Bolsa Escola Federal desfruta de grande repercussão internacional, sobretudo pela relevância atual que alcançaram os programas de transferência de renda vinculada à educação, no debate internacional. Ressalte-se a atuação da SPNBE, na prioridade dada à construção de uma rede de cooperação e no intercâmbio de políticas de renda mínima e não meramente na divulgação do programa, buscando o estabelecimento de parcerias importantes para o Bolsa Escola Federal, de forma que o programa brasileiro, também, possa servir de marco referencial para a adoção de experiências similares em outros países.

Em maio de 2002, a SPNBE realizou o Seminário Internacional Bolsa Escola com a colaboração do PNUD, o qual congregou diferentes instituições e pessoas envolvidas com o tema. O evento teve como objetivos estabelecer um debate internacional e disseminar experiências bem sucedidas sobre os programas de renda mínima vinculada à educação, criar uma rede de intercâmbio sobre políticas públicas de bolsa escola e promover a importante cooperação entre países em desenvolvimento (ou cooperação sul-sul), e entre estes e os países doadores, esferas governamentais e organismos internacionais. No final do evento, foi assinado um documento intitulado Carta de Brasília, com a intenção de propor a criação de uma rede internacional de programas de transferência de renda vinculada à educação.

Convém registrar que a SPNBE vem desenvolvendo esforços quanto ao provimento de pessoal qualificado para compor a equipe de trabalho do programa, destacando-se, em 2002, a realização de cursos de capacitação de pessoal, bem como, a incorporação de novos servidores provenientes da carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Com a finalidade de reunir um conjunto diverso de orientações para os gestores municipais e outros parceiros do programa, foi desenvolvido o “Manual Bolsa Escola”, disponibilizado em versão eletrônica, visando, além da capacitação, estabelecer um canal de comunicação entre os agentes envolvidos. Merece destaque, também, a crescente utilização do “Fala, Brasil”, um canal de comunicação direta da sociedade com o MEC, por

meio da linha 0800 61 6161 e da Internet. Somente de janeiro a outubro de 2002, foram atendidas por este sistema mais de 246 mil solicitações relativas a denúncias e dúvidas sobre o funcionamento do programa.

Nos trabalhos de auditoria e fiscalização houve reformulação de processo metodológico. Antes, as auditorias eram realizadas apenas com base nas denúncias. Em 2002, esta estratégia passou a ser mais analítica, de maneira que, além de proceder auditorias *in loco*, motivadas por denúncias, a SPNBE buscou, também, atuar de forma preventiva. Desta forma, procurou-se utilizar outros métodos de detecção de irregularidades, como o cruzamento de variáveis dos diversos bancos de dados disponíveis para verificar possíveis fraudes, orientando a avaliação por amostragem. A título de exemplificar uma ação de apuração é válido citar a experiência de auditoria realizada na cidade de Águas Lindas (GO), que auxiliou bastante a equipe da SPNBE na percepção da execução do Programa. Esta Secretaria realizou, ainda, a revisão de todos os termos de adesão ao Programa, mediante a criação de um grupo de trabalho especial que atingiu o número de 5.545 processos dos municípios.

Em relação à auditoria externa, foram realizados registros e análises de reclamações e denúncias relativas ao programa nos municípios apoiados, emitidos os devidos pareceres técnicos com a adoção das providências necessárias, gerando visitas e encaminhamento às áreas competentes.

A avaliação e o monitoramento têm sido preocupação constante da SPNBE. A partir do acordo de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Instituto DATAUNB foi contratado para elaborar uma Avaliação Nacional do Bolsa Escola Federal, cujo objetivo geral é uma criteriosa análise dos impactos social e econômico do Programa, mapeando, em âmbito nacional, seus aspectos positivos e negativos, de forma a contribuir para o seu aperfeiçoamento e lograr a concepção de um sistema de avaliação e acompanhamento permanente.

Outras pesquisas de satisfação do beneficiário, em diversas dimensões, foram realizadas em 2002, pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas – IPESPE. Também neste sentido, com apoio do PNUD, foi realizada pesquisa de monitoramento do Bolsa Escola Federal no Estado de Goiás. Será concluída ainda, em 2002, pesquisa que consiste na identificação das melhores experiências de focalizações realizadas pelos municípios na seleção das famílias. Os produtos destas pesquisas estão sendo analisados pela equipe da SPNBE, no intuito de subsidiar e orientar a construção de indicadores de resultado e impacto do Programa que permitam dimensionar, efetivamente os benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações empreendidas.

O orçamento previsto para o Programa, neste ano, foi de R\$ 2,0 bilhões. Até o momento, houve a adesão de 5.545 dos 5.561 municípios brasileiros, garantindo uma cobertura nacional de 99,7%. Em 2002, foram desembolsados R\$ 1.537.096.294,14 em benefícios, de forma que, somente em dezembro, foram transferidos R\$ 130.483.630,75 a 8.665.978 crianças, pertencentes a 5.106.509 famílias carentes brasileiras. Em 2002, o custo operacional do Programa ficou em 7,4% do orçamento executado.

#### **Programa Bolsa Escola Federal - Custo Operacional e Administrativo 2002**

<b>TIPO DE DISPÊNDIO</b>	<b>R\$</b>	<b>% DO VALOR PAGO EM BENEFÍCIOS</b>	<b>% DO ORÇAMENTO TOTAL</b>
BENEFÍCIOS	1.537.096.294,14	100,0%	92,8%
SERVIÇOS DE CONCESSÃO, MANUTENÇÃO E CESSAÇÃO DOS BENEFÍCIOS (*)	113.970.481,62	7,4%	6,9%
GERENCIAMENTO	5.298.362,53	0,3%	0,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.656.365.138,29</b>		<b>100%</b>

Fonte: SNPBE/MEC

(\*) inclui destaque para SEAS no valor de R\$ 52.235.000,00

A seguir, apresenta-se Relatório da Folha Mensal de Pagamentos do Bolsa-Escola Federal com o Quantitativo de Famílias e Crianças que estão recebendo benefícios por UF, relativo ao mês de Dezembro de 2002, tendo como referência o mês de Novembro de 2002.

UF	TOTAL DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE MUNICÍPIOS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS NA UF	%	TOTAL DE FAMÍLIAS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS NA UF	TOTAL DE CRIANÇAS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS NA UF	R\$
AC	22	22	100,0%	21.375	37.557	563.355,00
AL	102	102	100,0%	136.538	235.164	3.527.460,00
AM	62	60	96,8%	82.912	156.482	2.347.230,00
AP	16	15	93,8%	18.075	34.017	510.255,00
BA	417	416	99,8%	698.736	1.184.657	17.769.855,00
CE	184	184	100,0%	448.732	764.063	11.460.945,00
DF	1	1	100,0%	43.245	68.609	1.029.135,00
ES	78	78	100,0%	90.763	147.159	2.207.385,00
GO	246	246	100,0%	133.445	213.440	3.201.600,00
MA	217	216	99,5%	348.406	620.007	9.300.105,00
MG	853	853	100,0%	551.403	953.025	14.295.375,00
MS	77	75	97,4%	45.457	73.493	1.102.395,00
MT	139	136	97,8%	61.203	106.947	1.604.205,00
PA	143	141	98,6%	239.524	448.265	6.723.975,00
PB	223	223	100,0%	186.270	320.462	4.806.930,00
PE	185	185	100,0%	312.814	519.619	7.794.285,00
PI	222	222	100,0%	190.119	327.162	4.907.430,00
PR	399	398	99,7%	252.323	415.886	6.238.290,00
RJ	92	92	100,0%	206.180	326.622	4.899.330,00
RN	167	167	100,0%	133.962	224.355	3.365.325,00
RO	52	51	98,1%	28.382	49.169	737.535,00
RR	15	15	100,0%	7.550	14.596	218.940,00
RS	497	497	100,0%	223.250	346.330	5.194.950,00
SC	293	293	100,0%	95.587	160.454	2.406.810,00
SE	75	75	100,0%	78.680	130.957	1.964.355,00
SP	645	645	100,0%	418.765	695.095	10.426.425,00
TO	139	138	99,3%	52.813	92.386	1.385.790,00
<b>Subtotal</b>	<b>5.561</b>	<b>5.546</b>	<b>99,7%</b>	<b>5.106.509</b>	<b>8.665.978</b>	<b>129.989.670,00</b>
<b>CPMF</b>						<b>493.960,75</b>
<b>Total</b>						<b>130.483.630,75</b>

Fonte: SNPBE/MEC

## Desenvolvimento da Educação Especial

Tendo como princípio o respeito aos direitos humanos, um dos desafios das políticas públicas para a educação é garantir escola de qualidade para as pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, o Ministério da Educação vem atuando na implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em regime de colaboração entre as instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Programa Desenvolvimento da Educação Especial vem permitindo a implementação dessas políticas e serviços nos municípios brasileiros, incluindo a construção de propostas pedagógicas contextuais que permitam identificar as necessidades educacionais especiais dos alunos e lhes assegurar recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.

Em 2002, o Programa executou apenas 75% dos recursos previstos, da ordem de R\$ 39,4 milhões, uma vez que foram contingenciados R\$ 10 milhões da ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial, prejudicando o atendimento a demanda de projetos, remanescentes de 2001, encaminhados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e organização não-governamentais. As emendas orçamentárias nominalmente identificadas não foram liberadas, uma vez que, os projetos apresentados não estavam de acordo com as normas e critérios estabelecidos para a liberação de recursos.

Nesse exercício, as ações do Programa tiveram como prioridade a produção e disponibilização de documentos técnicos normativos, tais como: referenciais, normas complementares e sugestão de políticas educacionais, de estratégias de capacitação de docentes e outros recursos humanos para compartilhar tecnicamente o processo educacional, ou seja, o atendimento de qualidade para todos os alunos e a implementação de serviços educacionais, tanto em interface com a Educação Básica quanto com a Educação Superior. Foram capacitados 26.413 profissionais e qualificados 7.090 docentes da educação especial.

Foram desenvolvidas ações preventivas como a aplicação de testes de acuidade auditiva e visual para crianças em processo de alfabetização, em todo o território nacional; também, ações de apoio ao processo educacional do aluno com deficiência visual, como a distribuição do conjunto de bengala, sorobã, reglete, punção, assinador, papel especial para alunos cegos; distribuição de material instrucional para sensibilização da comunidade escolar sobre Baixa Visão e material didático ótico e não ótico para o aluno, implantação e implementação de Centros de Apoio ao Deficiente Visual – CAP, responsáveis por programas de orientação e mobilidade e produção Braille, disponibilização de textos em Braille, das diferentes disciplinas, para acesso ao currículo em cada etapa do ensino.

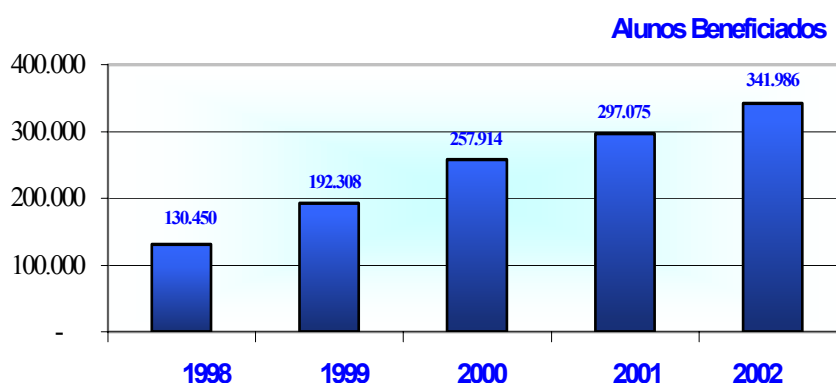
No campo da deficiência auditiva, destacaram-se as seguintes realizações: concepção e início dos preparativos para implantação de Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e atendimento às pessoas com surdez; disseminação da Língua Brasileira de Sinais / LIBRAS; implantação do Português como 2ª língua para o aluno surdo; implantação e implementação de Salas de Recurso para apoio ao processo educacional do aluno surdo e com deficiência auditiva. Foram adquiridos e distribuídos material didático para mais de 58 mil alunos da educação especial.

O programa viabilizou, além das ações já citadas, outras voltadas aos alunos com deficiência mental e física como o acompanhamento da implementação da proposta da APAE Educadora, acompanhamento da reformulação da concepção e implementação da Proposta Pedagógica da Sociedade Pestalozzi; a resignificação das Oficinas Pedagógicas como uma estratégia da política de educação profissional para alunos com deficiência mental; a resignificação das Classes Especiais com base em diagnóstico e à vista da política de inclusão; implantação e implementação do Portal de Ajudas Técnicas que inclui Banco de Idéias, Cadastro de Instituições que podem auxiliar na disponibilização de Ajudas Técnicas; implementação de políticas que assegurem acessibilidade ao aluno e início da concepção dos Centros de Referência para Alunos com Deficiência Física.

No âmbito da tecnologia, na aplicação da informática na Educação Especial foram instalados laboratórios de informática com software específicos para diferentes necessidades educacionais especiais em escolas públicas e organizações não-governamentais, com destaque, para o início da disponibilização de computadores e software para paralisados cerebrais. Em 2002 houve, ainda, a realização de cinco eventos sobre a temática da educação especial que é de vital importância para a disseminação da produção científica na educação do aluno com necessidades educacionais especiais.

Mediante apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino, por meio de projetos específicos, foram suplementados recursos para as adaptações arquitetônicas que promovem a acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a aquisição de equipamentos e de material didático e pedagógico.

Apesar das restrições encontradas ao longo do exercício de 2002, o programa “Desenvolvimento da Educação Especial”, por meio de suas ações, vem proporcionando um atendimento crescente aos alunos com necessidades educacionais especiais conforme demonstra o gráfico que se segue:



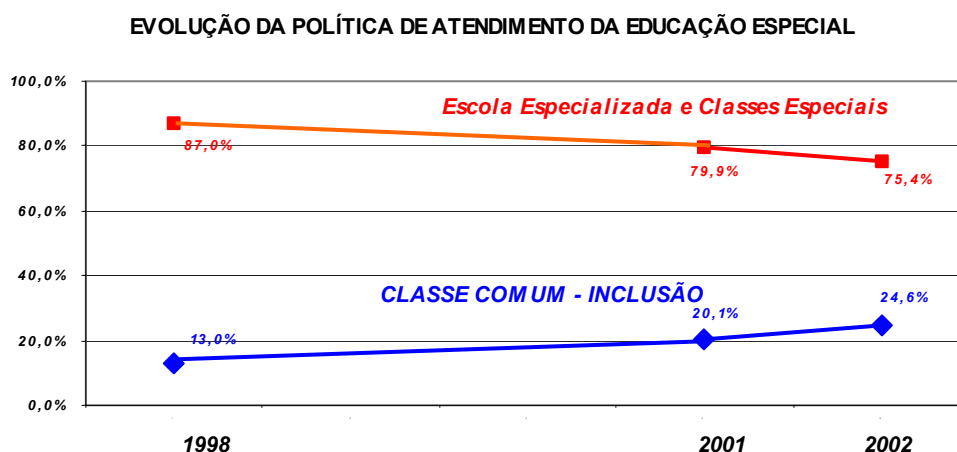
Na esfera federal, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES e o Instituto Benjamin Constant – IBC, historicamente, escolas especializadas que ministram educação escolar a alunos com deficiência auditiva e deficiência visual, respectivamente, vêm se destacando, também, e sendo incentivados como centros de excelência nesse atendimento. Por esse perfil, estão sendo implementadas ações e estimuladas relações interinstitucionais que fortalecem o INES como formulador de políticas de atendimento ao deficiente auditivo e surdo, e também, na formação profissional desse alunado e na capacitação de profissionais para seu atendimento educacional.

Semelhantemente o Instituto Benjamin Constant - IBC vem trabalhando na implementação de ações e relações interinstitucionais que visam fortalecer seu papel como formulador da política de atendimento educacional do deficiente visual e cego, na capacitação de profissionais para o atendimento educacional especializado e na produção Braille junto ao Programa Nacional do Livro Didático.

Os resultados da política para a educação especial são animadores. Dados do Censo Escolar indicam que, considerando tanto as escolas especializadas como as escolas comuns que incluem alunos com necessidades educacionais especiais os alunos integrados nas escolas comuns, o atendimento total aumentou 33%, entre 1998 e 2002 e de 2001 para 2002 o aumento foi de 11%.

O atendimento em classes comuns cresceu 150%, passando de 43,9 mil em 1998 para 110,5 mil em 2002. Como consequência, o percentual de alunos com necessidades especiais atendidos pelas classes de integração passou de 13% em 1998 para 24,6% em 2002.

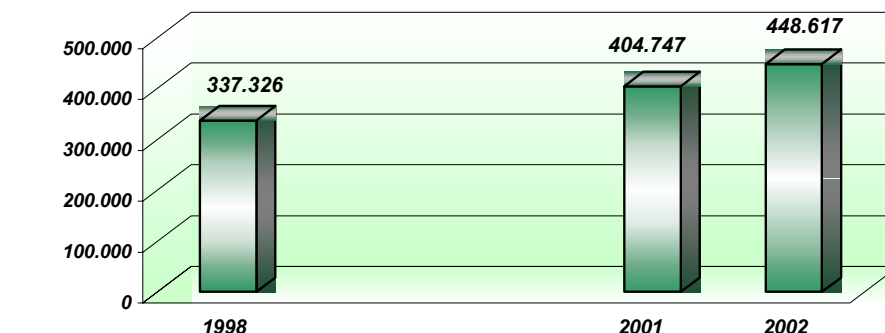
A evolução da política de educação especial pode ser analisada no gráfico abaixo:



Fonte: Censo Escolar

Estes resultados deixam claro que as políticas adotadas no âmbito da Educação Especial têm colaborado para que os sistemas de ensino se transformem em contextos inclusivos e venham a realizar uma educação de qualidade realmente para todos. Após a fase de disponibilização de instrumentos e documentos técnicos básicos, o salto de qualidade necessário inclui a projeção de metas de expansão, cuja intencionalidade determine o atendimento e a conquista territorial da educação inclusiva.

## MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



Fonte: Censo Escolar

A qualidade do processo de desenvolvimento da Educação Especial, no país, outorgou ao Brasil a Coordenação do Projeto “Educar na Diversidade nos países do MERCOSUL”, iniciado em 2001, com término previsto para 2003. O Projeto recebe apoio financeiro da OEA e técnico, da UNESCO; capacita recursos humanos de escolas de cada país integrante, nas quais se aplica o material de formação “Necessidades Especiais em Sala de Aula”, produzido pela UNESCO, promove o intercâmbio de experiências entre escolas inclusivas e prevê sua disseminação nos referidos países. O intercâmbio entre as Comissões Brasileira e Portuguesa de Braille vem assegurando a difusão da aplicação do Sistema Braille no ensino a alunos com deficiência visual, nos países de Língua Portuguesa.

O processo de construção da educação especial como política pública tem se pautado em práticas que agregam atores representativos da sociedade nas decisões que envolvam a projeção da autonomia e cidadania das pessoas com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas de sua escolaridade. Esse Programa representa o esforço para o fortalecimento das relações entre a comunidade escolar, as instâncias de governo, os alunos com necessidades educacionais especiais e suas famílias para garantir equidade com vistas a sua cidadania.

## Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação

O Programa Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação tem por objetivo principal capacitar pessoal em quantidade e qualidade para o meio universitário, para a pesquisa acadêmica e não-acadêmica. É gerenciado e implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que desenvolve suas ações dentro de cinco linhas de atuação, com a finalidade de apoiar os programas de pós-graduação no País, qualificar as Instituições de Ensino Superior – IES, internacionalizar a pós-graduação brasileira; desenvolver áreas prioritárias e dar acesso à informação científica. Em 2002, contou com a previsão de R\$ 593,7 milhões de recursos orçamentários, com a execução de 98,7%, destacando-se que 75% foram aplicados na Concessão de Bolsas de Pós-graduação no País e no Exterior.

Nesse contexto, a CAPES, por meio do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos – PAAP, adquiriu, junto às editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e bases de referências bibliográficas e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. O impacto dessa iniciativa vem sendo excelente para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, considerada a dimensão da oferta de mais de 3.000 periódicos científicos publicados a partir de 1995, chegando, em 2002, com cerca de 9.078 títulos adquiridos e o com volume de acessos efetuados, em 2001, de mais três milhões e, em 2002, de mais de sete milhões. O projeto constitui-se em extraordinário instrumento de superação de desigualdades regionais, uma vez que o acesso rápido e atualizado a um mesmo acervo é disponibilizado para todas as Instituições de Ensino Superior - IES participantes – independentemente de sua localização, tamanho e nível de desenvolvimento. Vale registrar que o quantitativo físico previsto para aquisição de títulos, conforme a ação Ampliação do Acervo Bibliográfico para a Pós-graduação, em 2002, era de 2.654 aquisições. A CAPES solicitou correção desse número na Lei Orçamentária Anual – LOA/2002 para 9.078, mas esta não ocorreu, como pode ser observado no relatório extraído do SIGPLAN para o Balanço Geral da União – BGU, gerando, portanto, uma eficácia de 342%.



Com o objetivo de formar recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades, o Programa Demanda Social – DS concede quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico. O Programa concedeu, ao longo de 2002, 8.638 bolsas de mestrado e 5.238 bolsas de doutorado para 1.111 programas de pós-graduação de 78 instituições, fazendo uso de R\$ 142,5 milhões. Das bolsas concedidas, foram utilizadas em média 7.793 de mestrado e 4.291 de doutorado.

No sentido de proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, produção e aprofundamento do conhecimento nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP concede recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e de formação dos programas de pós-graduação de instituições públicas, com nota igual ou superior a 3, que participam do Programa de Demanda Social. Os recursos do PROAP são de custeio e destinam-se, entre outras finalidades, a cobrir gastos com atividades de manutenção de equipamentos; funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa; produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos; aquisição de novas tecnologias de informática; realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo programa de pós-graduação; participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exame de qualificação; participação de professores em eventos no País; participação de professores em eventos no Exterior; participação de alunos em eventos de alunos no País; participação de alunos de doutorado em eventos no Exterior; participação de professores visitantes nos programas, e participação de professores e alunos em trabalho de campo e coleta de dados no País. Ao longo de 2002, destinou R\$ 58,3 milhões para 905 programas de pós-graduação de 76 instituições.

Criado com o intuito de estimular a formulação de políticas institucionais de desenvolvimento da pós-graduação nas universidades públicas, o Programa de Fomento à Pós-Graduação – PROF promove a prática da autonomia na utilização dos recursos destinados ao financiamento da pós-graduação que pode ser feita de forma mais flexível e eficiente. As instituições participantes apresentaram, sob convite da CAPES, um planejamento bienal com metas, cuja consecução é avaliada para fins de permanência no programa e/ou ampliação dos recursos. O PROF começou, em 1998, com as unidades UFPA, UFRPE, UNIFESP, UFLA, UFV, UFSC e UFRGS. A UnB e UFMG ingressaram no programa em 1999 e a UFPR em 2000. Em 2002, foram desligadas, do programa UnB, UFLA e UNIFESP. Neste ano, foram concedidas 2.274 bolsas de mestrado e 984 bolsas de doutorado para 255 programas de pós-graduação de sete instituições, destas, foram utilizadas em média 2.407 de mestrado e 952 de doutorado. Atualmente, está sendo feita a análise dos relatórios de execução do planejamento institucional da primeira fase do biênio para UFRPE, UFV e UFRGS e do relatório do término do biênio para UFPA, UFSC, UFPR e UFMG. Até o momento, o PROF utilizou R\$ 46,7 milhões em bolsas e custeio além de R\$ 2,6 milhões em capital.

Por meio do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP, a CAPES fornece quotas de bolsas de estudo aos programas de pós-graduação de instituições privadas, com nota igual ou superior a 3, que podem ser transformadas para o pagamento exclusivo de taxas escolares. Em 2002, foram liberadas 964 bolsas de mestrado, 371 bolsas de doutorado, 2.328 taxas de mestrado, 787 taxas de doutorado para 210 programas de pós-graduação de 70 instituições, com um montante de R\$ 32,9 milhões. Das bolsas liberadas foram utilizadas 2.125 de mestrado e 777 de doutorado.

O Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP apoia eventos de caráter científico, tecnológico e cultural, organizados por associações e sociedades nacionais científicas, de pós-graduação e de pesquisa. Os eventos apoiados devem apresentar interesse inequívoco para a pós-graduação *stricto-sensu* e possuir, obrigatoriamente, caráter nacional e/ou internacional, dirigir-se a um público diversificado nacional e/ou internacionalmente e ser de curta duração. Foram apoiados 361 eventos, até outubro de 2002, comprometendo R\$ 3,96 milhões.

Por meio do Programa de Qualificação Institucional – PQI, foram implementados e acompanhados 55 projetos de 38 instituições que tiveram seus projetos homologados pela CAPES, além de outros 35, em fase final de análise, por terem recebido parecer com recomendação condicional. Este programa visa promover o desenvolvimento acadêmico das instituições públicas, estimulando a elaboração e implementação de estratégias de melhoria do ensino e da pesquisa, desde o nível departamental até o institucional; qualificar docentes e excepcionalmente técnicos, preferencialmente em nível de doutorado, no âmbito de projetos de pesquisa em cooperação com outras instituições do País; e apoiar políticas de desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa dos docentes recém-qualificados. Os 55 projetos da primeira chamada receberam R\$ 1,84 milhões referentes às atividades até agosto de 2003.

Visando promover a inserção de jovens doutores para exercer atividades de docência e pesquisa, tendo em vista sua integração permanente no sistema nacional de pós-graduação, em cursos avaliados pela Capes,

foram implementadas 128 cotas de bolsa para os projetos aprovados no convite de 2002, nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Agrárias, com início em novembro de 2002; processo de seleção de projetos das áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Letras Linguísticas e Artes e Multidisciplinar com início previsto em abril de 2003. Para tanto, o Programa de Absorção Temporária de Doutores – ProDoc financiou bolsas de pós-doutorado no País no valor de R\$ 3 mil reais e recursos anuais de custeio no valor de R\$ 12 mil reais. Das 128 bolsas previstas para o exercício de 2002, foram implementadas 160, cujo excedente foi aprovado pelo Conselho Técnico Científico – CTC da Capes em virtude da disponibilidade da orçamentária. Os projetos apoiados na primeira chamada receberam R\$ 5,79 milhões referentes às atividades até julho de 2003.

De forma a qualificar docentes de instituições de ensino superior, localizadas fora dos grandes centros de ensino, por intermédio da oferta de turmas de mestrado de cursos de pós-graduação consolidados no Programa Mestrado Interinstitucional – MINTER, foram acompanhados 18 projetos com conclusão prevista para 2003, incluindo bolsas de mestrado para estágio na unidade promotora; bolsa de professor visitante na origem; custeio básico na origem e na promotora. Considerando apenas a conclusão dos projetos ainda ativos foram repassados R\$ 400 mil neste ano.

Ainda, com o objetivo de promover a qualificação do corpo docente/técnico de instituições de ensino superior públicas, foram financiadas bolsas de mestrado e doutorado, calculadas, considerando apenas a manutenção dos bolsistas ativos, no montante de R\$ 41,0 milhões, mediante realização do Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT, extinto em 2002, sendo que sua última distribuição de quotas de bolsa ocorreu no 1º semestre, restando manutenção dos bolsistas ativos que terá a seguinte evolução:

<b>EVOLUÇÃO DA MANUTENÇÃO DE BOLSAS PICDT CAPES</b>					
2002 - 2006					
Ano/Nº bolsistas em março	2002	2003	2004	2005	2006
Mestrado	183	156	27	----	----
Doutorado	2614	2323	1413	566	48

Fonte: CDI/DPR/CAPES - 2002

Já o Programa Institucional de Capacitação Docente do Ensino Tecnológico – PICDTec, cujo objetivo é apoiar a formação de docentes das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais - ETF e EAF - e dos Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFET sem curso de bacharelado, em nível de mestrado, concedeu, em 2002, 47 novas bolsas de mestrado para 41 instituições, mantendo um total de 102 bolsistas em 54 IES, utilizando R\$ 900 mil.

Por intermédio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD, que visa formar recursos humanos de alto nível, em atividades vinculadas a projetos cooperativos de pesquisa de média duração, promovendo a mobilidade de pesquisadores e estudantes no país, o MEC apoia equipes de diferentes instituições brasileiras que, no âmbito de um projeto conjunto de pesquisa, promovam: a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, bem como de estudantes de pós-graduação; a elevação da qualidade das equipes e dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto; a produção conjunta de conhecimento científico e tecnológico expresso na forma de publicações especializadas, congressos, patentes etc.; e a aplicação sócio-econômica dos conhecimentos desenvolvidos. Atualmente, há 33 projetos do PROCAD/2000 e 86 projetos PROCAD/2000, mas duas chamadas estão em andamento. Em 2002, estão previstos os pagamentos referentes a terceira parcela da chamada de 2000 e a 2ª parcela da chamada de 2001, correspondendo a um total de 5,2 milhões.

No sentido de complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil no desenvolvimento de atividades de atualização, cooperação e abertura de novas linhas de pesquisa, sempre inseridas no contexto institucional de atuação do candidato, o Programa de Estágio Pós-Doutoral no Exterior tem fluxo contínuo e aceita inscrições de acordo com calendário específico. Estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de janeiro/fevereiro/03. Em 2002, foram concedidas 236 bolsas de estágio pós-doutoral e implementadas 228.

Complementarmente aos esforços empreendidos nos projetos da pós-graduação, a Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior destina-se a alunos inscritos em programas de Doutorado no País, com conceito 3 ou 4, de comprovado desempenho acadêmico, que necessitem desenvolver no exterior parte da pesquisa relacionada com seus trabalhos de tese. Como o Programa tem fluxo contínuo e aceita inscrições de acordo com calendário específico, estão sendo recebidas, analisadas e homologadas as solicitações referentes aos meses de novembro/dezembro/02 e janeiro/fevereiro/03. Foram concedidas 525 bolsas de doutorado sanduíche, sendo implementadas 518.

O Programa de Bolsa de Doutorado pleno no Exterior é destinado a candidatos de comprovado desempenho acadêmico, viabilizando a sua inserção em instituições de excelência e prestígio internacional, com o objetivo de formar doutores em áreas nas quais se verifique carência de grupos consolidados no País. Foram concedidas 197 bolsas de doutorado em 2002, sendo implementadas 193. Além disso, estão sendo analisadas as inscrições feitas para o processo seletivo 2002/2003, visando a implementação da bolsa no segundo semestre do próximo ano.

Em síntese, conforme demonstrado a seguir, o número total de bolsas de mestrado, doutorado e outras modalidades concedidas pela CAPES, previsto na Lei Orçamentária 2002, de 24.175, teve execução de 26.156, sendo 24.814 no País e de 1.342 no Exterior, devido, especialmente, à reestruturação do PICDT e remanejamento de bolsas no exterior. O total de bolsas mantido pelo Programa de Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação apresenta um crescimento em relação ao ano anterior, de aproximadamente, 9 %, tanto para mestrado como para doutorado. Já as bolsas-professor de 1º e 2º graus, a partir de 2000, deixaram de ser concedidas. Para as referidas concessões, a CAPES aplicou cerca de R\$ 400 milhões.

EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE BOLSAS DA CAPES					
PAÍS + EXTERIOR					
1998-2001					
PROGRAMA/ANO	1998	1999	2000	2001	2002
DOCTORADO	9.022	9.032	9.561	10.285	11.227
MESTRADO	12.927	12.928	12.718	13.270	14.517
BOLSA PROFESSOR DE 1º E 2º GRAUS	12.776	12.824			
OUTROS (*)	418	430	253	525	412
<b>TOTAL</b>	<b>35.143</b>	<b>35.214</b>	<b>22.532</b>	<b>24.080</b>	<b>26.156</b>

Fonte: MEC/CAPES/Diretoria de Administração

(\*) Inclui Graduação-Sanduiche, Especialização, Doutorado-Sanduiche, Pós-Doutorado, Professor Visitante e Programa de Absorção Temporária de Doutores.

(Obs) Os valores descritos correspondem às metas apuradas em Dez/2002

Ainda durante este exercício, foram intensificados os trabalhos de preparação para a realização da Avaliação Trienal dos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* que ocorrerá em 2004. Devido ao fato de o ano de 2002 ser o primeiro do triênio, dentre outras atividades, a CAPES desenvolveu e implementou procedimento de acompanhamento dos programas de pós-graduação, denominado de “Avaliação Continuada”.

A realização desta avaliação constituiu-se, sem dúvida, numa atividade essencial desenvolvida por esta Agência, envolvendo, no decorrer deste ano, suas equipes técnicas e comissões de consultores. O processo foi executado por 44 comissões de avaliação, integradas por aproximadamente 500 consultores, vinculados aos principais programas de pós-graduação do País. Foram acompanhados 1.546 programas, responsáveis pela oferta de 2.399 cursos e ainda, houve o credenciamento dos cursos novos que totalizaram 1.729 programas de pós-graduação avaliados em 2002.

Os resultados deste processo criterioso e sistemático estabelecem, de forma inicial, as condições para avaliação de cada programa desse nível de ensino, servem de base para o reconhecimento oficial da validade dos diplomas de mestrado e doutorado emitidos por instituições brasileiras, bem como fornecem subsídios para a definição da política nacional de desenvolvimento da pós-graduação, além de orientar os investimentos governamentais nesse nível de ensino. Suas repercussões impulsionam a evolução do Sistema Nacional de Pós-graduação, estimulando os programas a responderem aos desafios impostos pelos avanços da ciência e tecnologia na atualidade.

Foram investidos, em 2002, cerca de R\$ 5,6 milhões nas atividades relacionadas à Avaliação. Tal investimento ocorreu em função da expansão dos programas de pós-graduação visando atender à crescente demanda por cursos de mestrado e doutorado, bem como para gerenciar produtivamente a concessão de bolsas de estudo e de outras formas de apoio governamental. Percebe-se a necessidade de criação de um instrumento de aferição da qualidade dos cursos de pós-graduação oferecidos no País para fundamentar as decisões de investimento no setor. O reconhecimento oficial, conferindo validade aos títulos emitidos pelos programas de pós-graduação em todo território nacional está vinculado, por determinação legal, ao processo de avaliação da CAPES.

Merece destaque, no campo da informática, o desenvolvimento e a disponibilização, em fevereiro de 2002, de dois sistemas da maior importância para a visibilidade de suas ações. O primeiro - estatísticas da pós-graduação - oferece a toda a sociedade informações a respeito do Sistema Nacional de Pós-Graduação, coletadas anualmente junto às Instituições de Ensino Superior - IES públicas e privadas, promotoras de programas de pós-graduação. O segundo - banco de teses - permite o acesso, via *home-page*, a mais de 185 mil teses e dissertações defendidas por alunos da pós-graduação no país, de 1987 a 2001. Os referidos sistemas já tiveram 81.798 acessos, somente nos meses de novembro e dezembro de 2002, dos quais 13.192 relativos a resultados de pesquisas estatísticas da pós-graduação e 68.706 referentes aos resumos de teses e dissertações.

## **Estatísticas e Avaliações Educacionais**

Ao dispor sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, definiu a avaliação, a informação e a pesquisa educacional como assuntos que constituem área de competência do Ministério da Educação.

Com efeito, o dever do Estado para com a educação é efetivado mediante as garantias de oferta e atendimento (art.208 da Constituição Federal) , observados os princípios sob os quais deve o ensino ser ministrado e, entre os quais, encontra-se justamente o da garantia de padrão de qualidade (CF, art. 206, inciso VII), somente alcançável mediante adequados processos de estatísticas e de avaliações educacionais.

Coerente com o preceito constitucional, veio o Governo a considerar essas atividades dentre aquelas exclusivas de Estado, nos termos das Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, e 9.424, de 24 do mesmo mês e ano, dispondo sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Na primeira, estão incluídas, dentre as incumbências da União, as atividades de coleta, análise e disseminação de informações sobre educação e a garantia de processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (art. 9º, incisos V e VI). Na segunda, atribuiu-se ao Ministério da Educação a responsabilidade, dentre outras, de realizar anualmente o censo educacional (art. 2º, § 4º), cujos dados constituem a base para a distribuição dos recursos governamentais destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental público e à valorização do seu magistério.

A criação de um órgão federal especializado em avaliação e informação educacional e o desenvolvimento de capacidade técnica, na área, foram as prioridades do Governo para o setor educação, concretizadas com a reestruturação e revitalização do INEP.

As atribuições do INEP, contempladas no Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais, são consoantes com a LDB, – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – quais sejam: coletar, analisar e disseminar informações sobre educação; assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

Os resultados obtidos no âmbito do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais apontam avanços na consolidação do programa, tanto em termos qualitativos como quantitativos, demonstrando o aumento da eficiência e da eficácia de sua gestão. Estes resultados, também, explicam as significativas credibilidades alcançadas na área de avaliação, estatísticas e indicadores educacionais possibilitando a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas educacionais dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

O programa abrange as avaliações e a produção das estatísticas básicas da educação nacional, nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Em 2002 foram consignados R\$ 127,3 milhões, dos quais foram liquidados R\$ 118,0 milhões (93%), destacando-se que somente o ENEM consumiu 51% dos recursos financeiros aplicados, seguido do “PROVÃO” que teve execução de R\$ 24,7 milhões, correspondente a 21% do total liquidado pelo Programa.

O Censo Escolar, proposto com abrangência nacional, é realizado anualmente nos aproximadamente 5.600 municípios brasileiros, levantando as informações estatísticas da Educação Básica que permitem acompanhar o desenvolvimento das redes de ensino no País. Em 2002 teve aplicação de R\$ 7,2 milhões.

A coleta e o processamento dos dados são operacionalizados pelas Secretarias Estaduais de Educação de forma descentralizada. As informações obtidas subsidiam diretamente uma série de políticas públicas, que vão da distribuição de recursos à implementação de projetos.

Todas as escolas das redes pública e privada do País respondem ao Censo por meio de um questionário padronizado, detalhando informações quanto ao perfil dos diferentes segmentos da comunidade escolar, a situação de funcionamento e infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino, bem como, levantando os dados que servem de base para o cálculo dos principais indicadores educacionais como as taxas de repetência, promoção e evasão escolar. A presente ação registra a seguinte variação de índices no período:

- . Ano 2000 - universo de coleta: 262.311 escolas, com levantamento de 1.116 variáveis;
- . Ano 2001- universo de coleta: 265.224 escolas, com levantamento de 1.855 variáveis; e
- . Ano 2002 - universo de coleta: 255.886 escolas, com levantamento de 1.925 variáveis.

Cabe destacar que o universo de coleta do Censo Escolar é fator variável no processo, conforme a política de educação defina objetivos de expansão ou nucleação da escola. Desta forma, a questão proeminente para o Censo Escolar é a melhoria da qualidade da informação, da abrangência das variáveis e expansão do seu número, permitindo a observação mais detalhada do sistema educacional brasileiro, bem como, a utilização dos seus resultados na elaboração de políticas públicas.

Implantado em 1990, com o objetivo de coletar dados e produzir informações sobre o desempenho do aluno e dos fatores a ele associados, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, constitui-se em um dos mais amplos e completos sistema de dados sobre o ensino fundamental e médio em nosso País. Os dados levantados, a cada dois anos, por meio da aplicação de provas aos alunos e de questionários para professores e diretores, depois de analisados, permitem acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e aspectos que estão associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

Em 2000, após a conclusão dos trabalhos de campo e de processamento e transcrição das informações coletadas, foi constituída a base de dados que possibilitou as análises de resultados. Em 2001, o SAEB realizou seu sexto ciclo de aplicação avaliando o desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, dos alunos brasileiros da 4ª e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Durante o exercício de 2002, foi realizada a análise minuciosa dos dados levantados, cujos resultados foram divulgados em novembro e discutidos com os Estados visando aprimoramento dos vários aspectos evidenciados na avaliação. No SAEB foram investidos cerca de R\$ 5,0 milhões (71% da sua previsão).

O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, aplicado pela primeira vez em 1998, configura-se numa proposta inovadora de avaliação do desempenho individual do jovem, ao término dos onze anos de escolarização básica, aferindo o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania de jovens e adultos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio.

O ENEM é voluntário, de caráter interdisciplinar, e oferece parâmetros para o prosseguimento nos estudos ou para a inserção no mercado de trabalho. De forma complementar ou alternativa, o Exame é também utilizado para seleção e ingresso no Ensino Superior. A prova é composta por uma redação e questões de múltipla escolha que avaliam o desempenho a partir de uma matriz de competências e habilidades.

A concepção do ENEM está calcada nos delineamentos da Educação Básica estabelecidos pela LDB e, sobretudo, nas diretrizes e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. É, portanto, um instrumento balizador e indutor da reforma que vem sendo implementada neste nível de ensino, ajudando a sinalizar à escola que o modo de construção do conhecimento deve seguir uma nova trajetória. De igual forma, à medida que as instituições de ensino superior começaram a fazer uso do Exame em seus processos seletivos, elas próprias, também, passaram a catalisar essa mudança que busca inverter a concepção de ensino que agendou aos longos dos anos, uma educação compartimentada e com pouca relação com a realidade.

Até pouco tempo, aqueles que desejavam ingressar no ensino superior submetiam-se a um processo seletivo rigidamente separado por disciplina e baseado na memorização de conteúdos. Com o ENEM, há outro processo. A prova é contextualizada e não exige memorização, mas sim raciocínio crítico e se espelha nas habilidades e competências adquiridas durante a escolarização básica.

A cada edição, o número de participantes do ENEM vem se aproximando mais do número de concluintes do Ensino Médio. Com isso, os resultados e os dados levantados geraram um conjunto de indicadores que agrega novas informações ao diagnóstico sobre a educação brasileira. Além da prova, os participantes

respondem a um questionário sócio-econômico que coleta dados de identificação pessoal, condição familiar, trajetória escolar, vida profissional, hábitos culturais, crenças e valores pessoais.

A associação dos resultados da prova com os dados do questionário permite o mapeamento do desempenho dos participantes de acordo com determinadas características como sexo, cor, idade e tipo de escola frequentada. Esses indicadores são fundamentais para a focalização e maior efetividade das políticas públicas, permitindo que sejam traçadas, também, diretrizes para ações no âmbito da escola.

O ENEM apresenta a seguinte variação de índices no período 2000/2002:

- . Ano 2000: 390.166 inscritos, prova realizada em 169 municípios do País, com 273 Instituições de Ensino Superior - IES utilizando seus resultados em seus processos seletivos;
- . Ano 2001: 1.627.981 inscritos, prova realizada em 277 municípios, com 377 IES utilizando seus resultados;
- . Ano 2002: 1.829.170 inscritos, prova realizada em 600 municípios, com 380 IES utilizando seus resultados.

O Censo do Ensino Superior, que em 2002 executou 100% da sua dotação orçamentária, é realizado anualmente em âmbito nacional. Tem passado por grandes transformações, não só pela expansão acentuada desse nível de ensino, mas, também, pela necessidade de diversificação da sua oferta face às demandas da formação profissional para o mercado de trabalho.

Abrangendo todas as instituições públicas e privadas de educação superior do País, em suas diversas formas de organização acadêmica (Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades, Escolas ou Institutos Superiores e Centros de Educação Tecnológica) e contemplando os cursos de graduação presenciais e à distância, o Censo da Educação Superior levanta: o número de instituições, sua distribuição pelas UF's, capitais e interior, categoria administrativa e organização acadêmica; titulação e regime de trabalho do pessoal docente e técnico administrativo; cursos sequenciais e de graduação com respectivas habilitações; ofertas de vagas, números de candidatos e forma de ingresso; matrículas e concluintes.

Seu conjunto de informações permite o acompanhamento social das políticas públicas, identificando o alcance dos objetivos propostos, as áreas que necessitam de maiores ou menores investimentos e necessidades de ajustes. Para os gestores das IES's, o Censo oferece importantes subsídios para a adoção de iniciativas coerentes e adequadas à realidade institucional e acadêmica.

A presente ação registra a seguinte variação de índices no período 2000/2002:

- . Ano 2000: 1.180 IES's, abrangendo 10.585 cursos, com 2.694.245 matrículas.
- . Ano 2001: 1.391 IES's, abrangendo 12.155 cursos, com 3.033.980 matrículas.
- . Ano 2002: em fase de levantamento, sem dados preliminares.

Concebido em 1996 como um processo destinado a fornecer à sociedade e particularmente à comunidade acadêmica o diagnóstico dos cursos de graduação do País, o EXAME NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO - ENC, conhecido nacionalmente como PROVÃO, consolidou-se como um dos instrumentos para o aperfeiçoamento da oferta desses cursos, mobilizando a comunidade educacional para a necessidade da permanente melhoria da qualidade do ensino e sedimentador da cultura da avaliação na Educação Superior.

O Exame, obrigatório para todos o concluintes dos cursos avaliados, exigência legal para obtenção do diploma pelo aluno, verifica o resultado final do processo de ensino-aprendizagem, quanto a dois aspectos fundamentais: aquisição pelos alunos de conhecimentos atualizados e o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam enfrentar os desafios da futura profissão.

As provas têm formato específico em cada área avaliada e são compostas de questões objetivas e discursivas, abordando temas referentes à formação profissional básica, específico e geral do graduando, bem como às habilidades e o perfil profissional quanto à capacidade do graduando de desenvolver na vida profissional o que aprende durante o curso.

Paralelamente, o Exame também levanta por questionário próprio a realidade sócio-cultural do graduando, o ambiente no qual ele desenvolveu o seu aprendizado e a opinião que ele tem do seu curso quanto aos

recursos e instalações disponíveis, acervo da biblioteca e laboratório, estrutura curricular e o desempenho dos professores em sala de aula.

O foco do Exame, todavia, é sempre o curso e não o graduando. O desempenho dos alunos fornece os indicadores essenciais sobre a qualidade de sua formação. A leitura conjunta dessas informações possibilita estabelecer graus de correlação entre vários aspectos avaliados nos cursos e o aprendizado demonstrado pelo aluno. Tais dados, relacionados entre si, permitem formar um quadro mais preciso do complexo sistema de educação superior de graduação do País.

Com relação ao SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS – SIEd, que teve realização em torno de R\$ 3,0 milhões (93% do previsto) foi desenhado para que as diversas bases de dados do INEP estivessem integradas, servindo de suporte aos diferentes programas empreendidos tanto pelo MEC como pelos demais usuários das informações educacionais. Para esse fim, o Sistema foi concebido logo no início da reestruturação do INEP e, atualmente, do ponto de vista de sua aplicabilidade, encontra-se numa fase bastante avançada, principalmente no que se refere aos levantamentos estatísticos da educação superior, casos em que o SIEd reúne numa mesma plataforma operacional, tanto a coleta de dados como o acesso das informações aos usuários.

Na Educação Básica, o módulo SIEd Censo Escolar tornou possível a montagem do cadastro nacional das escolas de educação básica e a base que reúne todas as informações censitárias em cada nível de ensino. Na Educação Superior, o SIEd-Sup, outro módulo, permite que todo o levantamento aconteça pela Internet, integrando ainda a base de dados a outros sistemas operacionais como o cadastro de Educação Superior, uma ferramenta de consulta disponível ao público, que agrega informações de todos os cursos e instituições do País. Em 2002 foram computados 13 módulos implantados.

A eficiência e a credibilidade alcançadas pelo INEP na organização de suas avaliações, informações e estatísticas educacionais têm proporcionado uma ferramenta indispensável aos formuladores, executores e avaliadores de políticas em todos os níveis da gestão educacional e, ao mesmo tempo, permitido atender à demanda de universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais.

O desempenho do Sistema Educacional Brasileiro vem interessando sobejamente à opinião pública, estimulando e subsidiando o debate em torno desse tema, o qual passou a ocupar lugar de grande relevância na agenda da sociedade brasileira. Dessa forma, o desenvolvimento de sistemas nacionais de avaliações e de estatísticas educacionais vem, também, produzindo com sucesso a democratização do acesso a informações qualificadas e fidedignas.

### **Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas**

Outro aspecto que merece ser destacado, em 2002, diz respeito ao Indígena. Com o objetivo de colaborar com o processo de institucionalização da educação escolar indígena em nosso país, garantindo uma formação diferenciada e respeitosa da diversidade sociocultural para os professores índios e uma educação de qualidade para as crianças indígenas, foi lançado o programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena, tendo como documento básico o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, distribuído às escolas e professores indígenas de todo país. A proposta de formação continuada visa o desenvolvimento de quatro competências profissionais básicas: leitura e escrita, trabalho compartilhado, administração da própria formação e reflexão sobre a prática pedagógica. Foram realizados 42 eventos em 19 Estados que aderiram ao programa, e foram capacitados 2.676 professores indígenas e coordenadores-gerais e de grupo.

Em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação interessadas em propiciar uma qualificação profissional para técnicos que trabalham com a educação escolar indígena, foi também desenvolvido em 21 Estados, o programa de Capacitação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais, tendo sido capacitados 1.000 técnicos que integram o quadro das Secretarias Estaduais e Municipais, da FUNAI, das Universidades e de Organizações Não Governamentais – ONGs. Sua finalidade é contribuir na gestão de um modelo próprio de escola, que atenda às demandas de escolarização dos povos indígenas, valorize seus saberes e suas línguas, fornecendo elementos para um melhor convívio com os demais segmentos da sociedade brasileira, na luta pelo respeito e pela valorização da diversidade cultural.